

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLÍCIAIS E SEGURANÇA INTERNA



NÉLSON SANTOS RIBEIRO

**A PROVA POR RECONHECIMENTO NO PROCESSO PENAL:
DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO AO RECONHECIMENTO PESSOAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM CRIMINOLOGIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

Lisboa, 2019

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLÍCIAIS E SEGURANÇA INTERNA



NÉLSON SANTOS RIBEIRO

**A PROVA POR RECONHECIMENTO NO PROCESSO PENAL:
DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO AO RECONHECIMENTO PESSOAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM CRIMINOLOGIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, especialização em Criminologia e Investigação Criminal realizada sob a orientação do Doutor André Lamas Leite

DEDICATÓRIA

Ao meu filho

À minha esposa

Os meus portos de abrigo...

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho desta natureza implica muitas horas de dedicação. Ao longo deste período que agora termina, muitos foram aqueles que serviram de amparo, sobretudo nos momentos de menor inspiração. Foram muitos os momentos de enorme tristeza ao longo desta caminhada, mas todos eles estiveram lá. A eles muito se deve o apoio que ajudou a tornar este trabalho possível.

Ao Doutor André Lamas Leite, o meu mais sincero e profundo agradecimento, pelas orientações, conhecimentos e apoio transmitidos, mas também pela amizade demonstrada, apoiando-me e aconselhando-me nos momentos mais difíceis durante este longo período.

Ao ISCPST, instituição que me acolheu, que me ajudou a enriquecer, como profissional e como ser humano, mas também pela compreensão demonstrada na pessoa do Sr. Intendente Nuno Poiães, que confrontado com as minhas dificuldades, soube compreendê-las e ajudar-me nesta longa caminhada.

Agradeço igualmente aos polícias que me auxiliaram na recolha dos dados utilizados na realização deste trabalho, e a todos aqueles que, de algum modo, se revelaram essenciais para que mais uma etapa da minha vida se concretizasse.

Aos meus amigos, por estarem sempre presentes transmitindo-me todo o seu apoio, paciência e incentivos;

Em especial à minha mãe que partiu antes de me ver terminar esta caminhada que veria com todo o orgulho.

Aos meus portos de abrigo, a minha mulher Dina e o meu filho Rodrigo pelo apoio, por estarem sempre ao meu lado, transmitindo-me a força, o ânimo, a motivação e o conforto fundamentais para atingir este objetivo, mesmo que prejudicados pela minha ausência.

A todos, muito obrigado...

RESUMO

O reconhecimento de pessoas no âmbito do processo pena, enquanto meio de prova tem sido alvo de muita controvérsia, em muito devido à sua fragilidade.

Um estudo desenvolvido nos Estados Unidos da América pelo *Innocent Project* demonstrou que os reconhecimentos errados efetuados por testemunhas oculares em processos-crime foram responsáveis por um grande número de condenações de pessoas inocentes. A sua dependência do processo mnésico e da percepção do reconhecedor faz com que seja influenciado por um vasto conjunto de fatores intrínsecos à testemunha ocular como o stresse resultante do acontecimento presenciado, as suas vivências anteriores, ou extrínsecos como a presença de uma arma, o tempo de exposição ao acontecimento, a luminosidade e a distância do acontecimento, entre outro cujo efeito se manifesta no momento em que se realiza o reconhecimento.

No ordenamento jurídico português, o legislador, ignorando o resultado dos estudos sobre a psicologia do testemunho de testemunhas oculares que, apontam para a influência de um reconhecimento prévio no resultado do reconhecimento presencial, na alteração do CPP de 2007 introduziu a possibilidade da realização do reconhecimento fotográfico, embora sujeitando-o a uma espécie de validação através de um reconhecimento presencial para que possa ser valorado como meio de prova.

Através da conjugação dos conhecimentos da Psicologia e do Direito tentamos demonstrar a influência desse reconhecimento prévio, realizado em circunstâncias desconhecidas, no resultado do reconhecimento presencial, este sim valorado enquanto meio de prova. As conclusões do estudo prático desenvolvido, nos casos de crimes como o roubo, apontam igualmente nesse sentido.

Estes resultados levaram-nos a propor a criação de um manual de procedimentos para os OPC que, em complemento aos formalismos legais previstos no CPP, congrega um conjunto de normas técnicas essenciais para garantirem a realização de um reconhecimento fotográfico válido enquanto meio de prova, embora mediante uma alteração legislativa ao CPP .

Palavras-chave: memória, percepção, prova e reconhecimento

ABSTRACT

People recognition within the criminal proceedings and its valuation as a mean of evidence, has been considered highly controversial due to its fragility.

The *Innocent Project*, in the USA, has conducted a research which demonstrated that all the wrong recognition made by eyewitness in criminal process were responsible for many innocent people being convicted. Depending on mnemonic abilities and the recognizer perception makes this process vulnerable to a wide range of intrinsically witness related conditions. Such conditions are, for instance, stress related to the fact of witnessing the event, their previous experiences, or even external conditions, such as, the gun presence in the crime scene, the duration of exposure time to the event, the luminosity and event distance, among others. The effect caused by these conditions arises at the recognition moment. In the Portuguese juridical order, the legislator ignored all the research results on eye-witness testimony within psychological scope. Those specific researches showed a great influence in presential recognition results, just by using previous recognition. The 2007 CCP amendment brought in the photographic recognition, though it was bound to a sort of validation through live recognition, in order to be valued as a mean of proof. It was decided to hold a psychology and law literacy revision, bringing these two areas together to demonstrate the great influence that previous recognition has once it is held in unknown circumstances, as a result of presential recognition. Presential recognition is the one valued as a mean of evidence. At the same time, a field research allowed us to conclude that in robbery crimes, except for bag-snatching, allowing to have a photographic recognition seems to influence, in a great way, the presential recognition result. These results lead us to propose the creation of a procedure manual, which was to be used by Criminal Police regulatory agencies (OPC) that, in addition to legal procedures prescribed in CCP, assembles a set of technical rules. Those technical rules are essential in order to assure the photographic recognition as a mean of proof. For this to happen, we therefore propose a legislative amendment to CCP, with the inclusion of a new article devoted to the implementation of photographic recognition.

Key words: memory; perception; proof; recognition.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRP – Constituição da República Portuguesa

CPP – Código Processo Penal

CP – Código Penal

CC – Código Civil

TC – Tribunal Constitucional

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra

TRE - Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

MP – Ministério Público

OPC – Órgão de Polícia Criminal

MCP – Memória de Curto Prazo

MLP - Memória de Longo Prazo

MS - Memória Sensorial

MT - Memória de Trabalho

PSP - Polícia Segurança Pública

PJ - Polícia Judiciária

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	V
ÍNDICE	8
INTRODUÇÃO	10
Pertinência do tema	11
Formulação do problema de investigação	12
Objetivos	13
Metodologia	14
Estrutura capitular	14
CAPÍTULO I – O reconhecimento pessoal como meio de prova	16
1.1. Conceito de prova	16
Meios de prova	17
1.2. Reconhecimento pessoal como meio de prova	18
Capítulo II – A memória e a percepção e a sua influência no reconhecimento	23
2.1. Memória	23
2.2. Percepção	31
2.3. A influência da memória e da percepção no reconhecimento no âmbito do processo penal	36
CAPÍTULO III – O reconhecimento fotográfico e o resultado do reconhecimento pessoal	50
3.1. O reconhecimento fotográfico como parte integrante do reconhecimento presencial na fase de inquérito.	50
3.2. O reconhecimento fotográfico	53
3.3. A influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento presencial	56
CAPÍTULO IV. Reconhecimento fotográfico – um projeto de futuro	697
4.1. Um caminho para a garantia da fiabilidade do reconhecimento fotográfico enquanto meio de prova autónomo	697

4.2. Normas técnicas para a realização do reconhecimento fotográfico.....	80
4.3. Proposta legislativa	86
CONCLUSÕES.....	897
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	931

INTRODUÇÃO

O Direito e a Psicologia são dois saberes distintos. Contudo ambos têm em comum o estudo do comportamento humano. Mesmo olhando-o de ângulos diferentes, com a necessidade de um conhecimento cada vez mais aprofundado desse comportamento e apesar do afastamento que ainda perdura, as duas disciplinas tendem a aproximar-se cada vez mais (Lopez, 1994). Também para Sobral (1994), estas duas ciências estão condenadas a entenderem-se, concebendo uma interligação entre as ciências do comportamento e da vida (Psicologia) e o sistema de natureza coativa, isto é, o Direito. Mas, em muito devido ao facto de recorrerem a abordagens distintas, nota-se ainda alguma resistência por parte dos juristas em aceitar este papel da Psicologia e o seu contributo (Fonseca, 2000, p. 6). Reconhecemos que se trata de um longo caminho a percorrer mas, tendo em conta que “o interesse dos psicólogos pelo sistema legal remonta ao início do desenvolvimento da psicologia como disciplina empírica” e que “o direito é um sistema de regras que procura regular as ações dos indivíduos com base em concepções duradouras sobre as causas dos comportamentos” (Blackburn, 2006, p. 25) a sua aproximação é inevitável. No que diz respeito ao reconhecimento de pessoas, esta aproximação é inevitável. Embora o interesse inicial da Psicologia tivesse origem na “exatidão do depoimento das testemunhas oculares, a investigação nesta área tem-se deslocado para o estudo das condições em que os erros de identificação podem ser minimizados (...)” (Blackburn, 2006, p. 29), matéria esta com inevitável reflexo na aplicação do Direito.

Naturalmente, as forças policiais e os seus efetivos, dotados da qualidade de Órgãos de Polícia Criminal (OPC), atribuída pelo art.º 1, al. c) do Código de Processo Penal (CPP), numa posição neutral, socorrem-se dos contributos destas duas ciências, aplicando-os na atividade processual que desenvolvem na sequência da delegação de competências por parte do Ministério Público (MP), nos termos dos artigos 55.º, 56.º, 263.º, e 270.º, todos do CPP.

Assim, dotados destas ferramentas, o Juiz, o MP e também os OPC ficam mais habilitados para afastar ou, pelo menos, minimizar, todos os elementos

que possam potencializar um erro de reconhecimento que, como sabemos, poderá ser fatal para o direito a um processo penal legal, mas também justo e eficiente, e para a salvaguarda dos direitos dos intervenientes processuais, sobretudo do arguido. O ato de reconhecer “é o resultado de um juízo de identidade entre uma percepção presente e uma passada” (Altavilla, 2003, p. 367). Trata-se de um procedimento que envolve os processos mnésicos e perceptivos, através dos quais se tenta reconhecer uma pessoa ou uma coisa, quando, vendo-a, se recorda havê-la visto anteriormente. O reconhecimento nos termos do CPP materializa-se através dos processos mentais acima descritos (objeto de estudo da Psicologia) mas, delimitado por regras e limites muito precisos (estudados pelo Direito), de cujo cumprimento depende a sua validade. Altavilla (2003) classifica-o como um reconhecimento ou identificação judicial, se esse juízo se referir a uma coisa que se deve reconhecer judicialmente, com garantias especiais, estabelecidas pelo Direito Processual.

Pertinência do tema

De acordo com um levantamento efetuado nos Estados Unidos da América, os erros em reconhecimentos efetuados por testemunhas oculares em processo-crime, foram responsáveis por um grande número de condenações de pessoas inocentes (Innocence Project, 2011). Segundo Wells *et al.* (2006), a utilização de testes de ADN, nos anos 90 da passada centúria, permitiu demonstrar a falibilidade do testemunho e do reconhecimento efetuado por testemunhas oculares e o seu contributo para a condenação errada de pessoas inocentes. Estava à vista a fragilidade deste meio de prova. Apesar disso, a sua importância no processo penal não deixou de ser evidente, continuando ainda hoje a ser um dos meios de prova mais influentes na decisão do julgador.

Previsto no capítulo IV do título II do livro III do CPP, o art.º 147 do CPP define as regras pelas quais se rege o reconhecimento de pessoas no âmbito do CPP.

Centrando o seu principal enfoque no reconhecimento presencial, este normativo relega para segundo plano o reconhecimento fotográfico, classificando-o como uma mera técnica de investigação criminal a desenvolver pelos OPC. Integrado no art.º 147.º do CPP, mais concretamente no n.º 5, este reconhecimento resulta de uma alteração introduzida pela reforma do CPP

através da Lei n.º 48/2007, ficando a sua valoração como meio de prova dependente da realização de um reconhecimento presencial.

Neste trabalho pretendeu-se refletir sobre os fatores que influenciam a realização do reconhecimento, sejam eles internos, (ou seja, associados ao reconhecedor como a memória, a capacidade de gerir o stress resultante do acontecimento presenciado), sejam eles externos, como a presença de uma arma, o tempo de exposição ao acontecimento, etc.

Outra discussão que tem gerado alguma controvérsia, está relacionada com a influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento pessoal ou presencial e a razão que levou o legislador a optar por uma solução que obriga à repetição do reconhecimento, embora sob forma diversa, ignorando os resultados dos vários estudos desenvolvidos nesta matéria.

Trata-se de um meio de prova sensível e de que resulta uma “prova muito delicada e, porque irrepetível, deve ser rodeada de cuidados especiais para assegurar a sua fiabilidade” (Silva, 2002). Refira-se que o depoimento de uma testemunha ocular é, a seguir à confissão, a prova mais incriminatória que pode levar à condenação de um arguido. Além disso, descrições inexatas e identificações falsas são responsáveis por mais condenações de pessoas inocentes do que todas as restantes causas juntas (Huff, Rattener & Sagarin, 1986). Com efeito, pretende-se contribuir com alguns recursos e explicações teóricas que ajudem a alertar todos os participantes processuais para a sensibilidade dos fatores que afetam a recordação e a identificação (Yarmey, 2006) e, naturalmente, a utilização do reconhecimento enquanto meio de prova.

É precisamente ao estudá-lo que é possível clarificar as questões que lhe são transversais.

Formulação do problema de investigação

As hipóteses permitem-nos antecipar as características do objeto de estudo, e afiguram-se como suposições enunciadas com base no problema e questões de investigação (Sarmiento, 2013).

Questão central:

A realização do reconhecimento fotográfico prévio influencia o resultado do reconhecimento pessoal realizado na fase de inquérito do processo-crime?

Esta questão central pode ser coadjuvada por questões derivadas:

Formularam-se três hipóteses:

1. A memória e a percepção são influenciadas por um conjunto de fatores internos e externos ao reconhecedor que se refletem no resultado do reconhecimento?
2. A realização do reconhecimento fotográfico deve fazer-se no respeito pelo formalismo previsto pelo CPP e a normas técnicas que garantam a sua fiabilidade?
3. O reconhecimento fotográfico realizado no âmbito do CPP deve ganhar autonomia como meio de prova?

Objetivos

Tendo em conta o acima exposto, traçamos os seguintes objetivos que nos propomos atingir:

1. Caracterizar o reconhecimento pessoal enquanto meio de prova;
2. Demonstrar a influência da memória e da percepção no resultado do reconhecimento;
3. Demonstrar a influência do reconhecimento fotográfico prévio no resultado do reconhecimento presencial;
4. Propor a criação de um regime jurídico autónomo para regulamentar a realização do reconhecimento fotográfico e a sua autonomização em relação ao reconhecimento presencial;
5. Projetar a criação de um manual de procedimentos a aplicar na realização do reconhecimento fotográfico.

Metodologia

Segundo Sarmento (2013), a metodologia de investigação é estabelecida a partir das hipóteses.

O carácter difuso (pouco claro) da influência de vários fatores no resultado do reconhecimento, as dúvidas quanto ao efeito da realização do reconhecimento fotográfico prévio à realização de um reconhecimento presencial, das formalidades que lhe estão inerentes, bem como do seu papel no campo de ação dos meios de prova admissíveis no âmbito do CPP (assuntos sobre os quais se debruçam as hipóteses), irão concentrar a investigação nos objetivos predeterminados.

A investigação científica propriamente dita é precedida de uma sustentação teórica. Com efeito, este trabalho divide-se em dois segmentos, cada um com dois capítulos. Inicia-se com o enquadramento sobre a prova e os meios de prova e, ainda, a caracterização do reconhecimento como um desses meios de prova. Segue-se-lhe a análise bibliográfica sobre a memória e as várias teorias da perceção, concluindo com um subcapítulo onde se reflete sobre os efeitos de vários fatores sobre a memória e a perceção e, consequentemente, sobre o reconhecimento, constituindo assim a parte mais importante da sustentação teórica.

O segundo segmento é, também, constituído por dois capítulos. Um primeiro capítulo em que abordamos os efeitos do reconhecimento fotográfico prévio sobre o resultado do reconhecimento presencial, enfoque do nosso trabalho. Segue-se-lhe o último capítulo, no qual, defendemos a autonomização do reconhecimento fotográfico e a sua elevação a um verdadeiro meio de prova, terminando com uma proposta de alteração legislativa ao CPP e a criação de um manual de procedimentos técnicos que integra um conjunto de regras que, quanto a nós, são essenciais para garantir a fiabilidade do reconhecimento por fotografias.

Estrutura capitular

No capítulo I, começou-se pelo enquadramento da prova e dos meios de prova, passando depois à caracterização do reconhecimento de pessoas enquanto

meio de prova. Abordamos ainda, através de uma descrição fundamentada, as circunstâncias e os requisitos associados à realização de um reconhecimento de pessoas no âmbito do CPP.

No capítulo II, identificaram-se os conceitos de memória e de percepção. Quanto à memória, descreveu-se o processo mnésico e as suas fases e procedeu-se à identificação dos vários tipos de memória. Já quanto à percepção, identificaram-se as várias teorias que lhe estão associadas. Terminou-se este capítulo com a identificação de vários fatores que influenciam a memória e a percepção e, consequentemente, o resultado do reconhecimento. Sendo a codificação parte do processo mnésico e baseando-se no processo percetivo, a informação recuperada no momento do reconhecimento refletirá a influência daqueles fatores na fase de codificação, representando mesmo, por vezes, falhas de memória.

No capítulo III, pretendemos avaliar a influência do reconhecimento fotográfico, enquanto técnica policial, no resultado do reconhecimento presencial realizado na fase de inquérito no âmbito do processo-crime. Para tal, recorreu-se a diversos estudos já realizados no âmbito da Psicologia do testemunho, envolvendo testemunhas oculares. Recorreu-se ao método de análise quantitativa de uma amostra de processos-crime em que o reconhecimento foi um dos meios de prova utilizados e onde se realizou o reconhecimento fotográfico previamente ao presencial.

O capítulo IV divide-se em dois subcapítulos, sendo que no primeiro, através de uma fundamentação de Direito baseada no princípio da irrepetibilidade da prova por reconhecimento e numa fundamentação de facto em que se abordou um conjunto de fatores que demonstraram a vantagem do reconhecimento fotográfico em relação ao reconhecimento presencial, propôs-se uma autonomização do reconhecimento fotográfico e a sua valoração enquanto meio de prova através de uma alteração legislativa ao CPP. No segundo subcapítulo, propôs-se a criação de um manual de procedimentos para a realização do reconhecimento fotográfico, de modo que seja garantida a sua fiabilidade.

Por último, no capítulo das conclusões, apresentamos traços fundamentais de chegada deste trabalho e algumas recomendações e sugestões para investigação futura.

CAPÍTULO I – O reconhecimento pessoal como meio de prova

1.1. Conceito de prova

Este trabalho versa sobre um meio de prova em específico, a prova por reconhecimento. Embora o conceito de prova não seja o objeto do nosso estudo parece-nos indispensável abordá-lo, mesmo que de forma superficial, bem como tecer breves considerações sobre a sua disciplina.

O regime legal da prova está vertido no CPP, mais concretamente no seu Livro III, o qual inclui os meios de prova e os meios de obtenção de prova. Embora dedicando um livro a este tema, o Código não apresenta qualquer conceito de prova, limitando a sua referência ao objeto da prova. Face à ausência de uma definição de prova, socorremo-nos do art.º 341.º do Código Civil (CC) que refere que as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos. Por sua vez, Cavaleiro de Ferreira, considera que a prova é “a justificação da convicção sobre a existência de factos penalmente relevantes, que constituem pressuposto de aplicação da lei” (Antunes, 2003, p. 61). De outra forma, considerando o que importa averiguar, a prova é constituída pelos factos juridicamente relevantes que constituem um processo penal durante as várias fases e que devem ser considerados provados ou não provados a fim de que seja deles extraído algum efeito jurídico (Ferreira, 2014). No entanto, a procura da prova está sujeita a limites e, tal como defende Roxin (2007), a verdade não pode ser investigada a qualquer preço, mas somente mediante preservação da dignidade humana e dos direitos fundamentais do arguido, nem que para tal seja necessário deixar impunes 100 culpados em vez de punir um inocente. Queremos com isto destacar que a produção da prova está sujeita a limitações, realçando o alcance do art.º 125.º do CPP ao admitir “todas as provas desde que não sejam proibidas por lei”. Esta proibição tem subjacente a necessidade de “evitar o sacrifício dos direitos das pessoas por parte das autoridades judiciária, dos órgãos de polícia criminal (OPC) ou dos particulares, privando de

eficácia as provas obtidas ou reproduzidas ilegalmente: as provas proibidas não podem ter efeitos no processo” (Silva, 2002, p.121). Mas, para este conceito de prova não basta a sua utilidade enquanto demonstração da realidade dos factos; representa igualmente o corolário de um processo justo, livre do excesso e do arbítrio, uma vez que a sua produção e aquisição está sujeita a pressupostos e limites que, inviabilizam a sua procura sem olhar a meios e estão dependentes de um controlo permanente.

Meios de prova

Os meios de prova constituem os alicerces que sustentam a construção da prova no processo penal. Não podemos, porém, falar de meios da prova sem antes fazer uma breve referência aos meios de obtenção de prova. Estes, ao contrário dos primeiros, são instrumentos de que se servem as autoridades judiciárias para investigar e recolher meios de prova (Sousa, 2009). Esta distinção assenta em duas perspetivas diferentes. Numa perspetiva lógica, os meios de obtenção de prova possibilitam a obtenção dos meios de prova, enquanto estes são, em si, fonte de convencimento. Numa outra perspetiva, a técnica-operativa, os meios de obtenção de prova caracterizam-se pelo modo e também pelo momento da sua aquisição no processo (Silva, 2002). Os meios de prova têm, necessariamente, um alcance diferente e, de acordo com Lopes, “materializam os factos relevantes que demonstram a existência de um crime” (2005, p. 145) e assumem um papel essencial na formação da convicção do julgador. Podemos, por isso, afirmar que estes se constituem como os elementos com base nos quais os factos relevantes podem ser demonstrados (Silva, 2002). Passando pelos vários capítulos do Livro III do CPP, que disciplinam esta matéria, retiramos dois princípios orientadores. O primeiro, decorrente da leitura do art.º 125.º do CPP, salienta, desde logo, duas ideias essenciais associadas aos meios de prova: A primeira, referindo-se à liberdade da prova, assume o princípio de que em Direito são permitidos todos os meios de prova que não são proibidos por lei e a obrigatoriedade do cumprimento dos formalismos prescritos na lei, sob pena de incorrerem numa violação das regras probatórias. Numa alusão às proibições de prova, Andrade enaltece o facto de, a perseguição penal ter “de ir ao encontro da dignidade, autonomia e liberdades do arguido” (2006, p. 74); O segundo, o da não taxatividade dos

meios de prova (meios de prova atípicos). A lei processual penal enumera um conjunto de meios de prova, no entanto, trata-se de uma lista aberta e meramente indicativa, uma vez que, como acima referimos, em Direito, é permitido o recurso a quaisquer meios de prova, desde que não sejam proibidos por lei.

1.2. Reconhecimento pessoal como meio de prova

De entre os vários meios de prova a que se refere o CPP, é objeto do nosso trabalho a prova por reconhecimento, meio de prova típico cujo regime legal se encontra plasmado nos artigos 147.º a 149.º. Apesar de a nossa lei processual penal disciplinar no mesmo capítulo o reconhecimento de coisas, restringimos o nosso estudo ao reconhecimento de pessoas, nas duas vertentes ali retratadas (reconhecimento fotográfico e reconhecimento presencial), analisando-o não só enquanto meio de prova, mas também as suas formalidades processuais.

Para Silva, no âmbito do CPP, o reconhecimento é um meio de prova que “consiste na confirmação de uma percepção sensorial anterior, ou seja, consiste em estabelecer a identidade entre uma percepção sensorial anterior e outra atual da pessoa que procede ao ato” (2002, p.194). Refere, ainda, o mesmo autor que se trata de um meio de prova que não tem como objetivo introduzir *ex novo* um dado cognitivo, mas antes, uma forma de confirmar um elemento de prova já admitido. Numa outra definição, Seiça refere que o “reconhecimento traduz uma modalidade muito particular de reconstrução mnemónica do passado sujeita a numerosos factores de distorção” (2003, p. 1397). Numa outra visão, para Mesquita a prova por reconhecimento assenta em características próprias e “marcantes” devido ao “facto probando ser a identidade da pessoa ou coisa (art.º 148.º) percecionado no passado pela fonte pessoal de prova e o esquema de formação da prova, centrada no confronto de percepções (passada, relativa a facto probatório, e presente, relativa a experiência processual)” (2018, p. 326)

Destaca-se, ainda, dos restantes meios de prova pela sua autonomia e irrepetibilidade. Apesar de “ter em comum com a prova testemunhal ser

produzida para os fins do processo a partir de fontes pessoais tendo como objeto percepções” (Mesquita, 2018, p. 326), o facto de, em termos sistemáticos, dispor de um capítulo próprio no CPP e, em termos de requisitos, garantias e estrutura, gozar de singularidade cuja inobservância, de acordo com o n.º 7 do art.º 147.º do CPP, determina a ineficácia como meio probatório, ou seja, uma verdadeira proibição de prova, expressa bem essa autonomia e afasta-a do regime da prova testemunhal.

Salientando essa diferença, Garrett (2007) refere que “a prova por reconhecimento não tem a natureza testemunhal, porque o formalismo legal a que está submetida e as circunstâncias em que é realizada o impedem em absoluto”. Não obstante essa autonomia concetual e de regime em relação à prova testemunhal, tal não impede que no mesmo processo, a mesma pessoa possa ser, simultaneamente, fonte de prova quanto a estes dois meios de prova, o reconhecimento e a prova testemunhal (Mesquita, 2018)

Como acima referimos, além de autónomo, este meio de prova é igualmente irrepetível, uma vez que “o ato recognitivo psicologicamente autêntico ocorre uma única vez”, pelo que repeti-lo, seria sempre um ato desnecessário dado que o seu resultado seria sempre viciado, conforme demonstraremos oportunamente noutro capítulo deste trabalho. O reconhecimento de pessoas está ainda delimitado por um conjunto de formalidades legais, as quais lhe impõem limites e regras de tal forma precisas que, caso sejam violadas, aquele ato não poderá ser valorado como meio de prova, como resulta do art.º 147.º, n.º 7, do CPP.

Em termos de estrutura, o ato de reconhecer conforme consagrado no nosso ordenamento jurídico comporta duas fases: o reconhecimento por descrição e o reconhecimento presencial (Albuquerque, 2009, p. 408).

Quanto ao reconhecimento por descrição, previsto no n.º 1, inclui a descrição da pessoa a identificar apresentada pela pessoa que deve fazer a identificação (reconhecedor), com toda a pormenorização de que se recorda, sendo-lhe inclusive perguntado se já a tinha visto e em que condições (distância, luminosidade, duração da observação, entre outras). Compreende, também,

toda outra informação apresentada pelo reconhecedor quando, finalmente, questionado sobre outros fatores que possam influir na credibilidade da identificação. Trata-se de uma modalidade de reconhecimento que funciona como ato preliminar dos demais, e nele não existe qualquer contacto visual entre os intervenientes, ou seja, entre a pessoa que deve fazer a identificação e a pessoa a identificar.

O reconhecimento presencial, (n.º 2 do artigo 147.º), realizar-se-á quando a identificação realizada através do reconhecimento por descrição não for cabal, exceto se, pela descrição preliminar, se concluir “com segurança que se trata de outra pessoa de todo distinta, tornando sem sentido continuar o reconhecimento” (Seiça, 2003, p. 1417). Esta forma de reconhecimento obedece aos seguintes passos:

- Na ausência da pessoa que deve efetuar a identificação, é formada uma linha composta pela pessoa a identificar e por, pelo menos, dois figurantes que apresentem as maiores semelhanças possíveis – físicas, fisionómicas, etárias, bem como, de vestuário – com o cidadão a identificar;
- Depois, este é colocado ao lado dos dois figurantes, gozando do direito de escolher a posição da linha a ocupar (Seiça, 2003, p. 1418) e, se possível, apresentando-se nas mesmas condições em que poderia ter sido vista pela pessoa que deve proceder ao reconhecimento. Apresentando alteração fisionómica reversível, (como o caso de bigode, barba, tamanho do cabelo), esta pode e deve ser removida, mesmo que seja necessária intervenção e ordem do juiz de instrução criminal, se em fase de inquérito, tal como decorre do art.º 154.º, n.º 2 do CPP (Albuquerque, 2009, p. 409);
- Por fim, ainda de acordo com o n.º 2 do art.º 147.º do CPP, a pessoa que procede ao reconhecimento é então chamada, ficando diante do grupo que compõe a linha de reconhecimento e, depois de os observar, é questionada se reconhece algum dos presentes e, em caso afirmativo, qual. Entendemos que todas as questões e respetivas respostas dadas pela pessoa que procede ao reconhecimento devem constar do auto de reconhecimento elaborado por quem preside à diligência, fazendo-se inclusive referência à atitude e

comportamento desta. Uma resposta determinada, sem manifestações de hesitação, de acordo com o Acórdão do da Relação de Lisboa, de 12 de outubro de 2008, “reveste-se da maior relevância do ponto de vista da avaliação da credibilidade deste meio de prova.”

O reconhecimento presencial pode ainda realizar-se com recurso a um resguardo, como previsto no n.º 3 do artigo 147.º do CPP. O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), de 15-11-2011, considera este como um terceiro tipo de reconhecimento, além do reconhecimento por descrição (n.º 1) e do reconhecimento presencial (n.º 2).

Apesar desta posição que compreende três formas diferentes de reconhecimento, correspondentes aos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 147.º, Mesquita (2018) defende uma orientação diversa, assumindo que não se trata de vários reconhecimentos de pessoas, mas, de diversas fases do mesmo ato de reconhecimento, identificando-as como uma fase narrativa e uma fase de confrontação visual de percepções, passada relativa a facto probatório e, presente, relativa à experiência processual.

Segundo o mesmo autor, o reconhecimento de pessoas é um ato complexo, que compreende uma fase de descrição prévia da pessoa percecionada pela fonte de prova e, um confronto visual dessa fonte com o identificando, sendo que os meios utilizados para o efeito são definidos pelo próprio legislador. Acrescenta ainda que, esta fase narrativa pode assumir-se como um tipo de “reconhecimento autónomo” se “conclusivo”, ou “um ato preliminar ou etapa da prova por reconhecimento que não sendo seguido da experiência de confronto visual constituirá prova testemunhal de estreita raiz narrativa” (Mesquita, 2018, p.337).

Concordamos com esta proposta, na medida em que, quanto a nós, não estão em causa diferentes formas de reconhecimento, mas apenas fases de um só processo de reconhecimento. Assentamos esta nossa posição em dois aspetos principais: o primeiro, decorrente do facto de a fase narrativa prevista no art.º 147.º, n.º 1 do CPP ser imprescindível e previamente obrigatória à passagem para a segunda fase, a fase da confrontação visual (art.º 147.º, n.º 2),

assumindo-se apenas como reconhecimento autônomo quando a identificação for cabal, tanto mais que caso não se realize a segunda fase, constituirá apenas prova testemunhal; o segundo, a que se refere o n.º 3 do art.º 147.º, uma vez que este “reconhecimento” é apenas uma variante que obedece, na sua totalidade, à sequência descrita para o reconhecimento presencial. Consiste apenas na colocação de uma barreira ou resguardo, capaz de garantir a confidencialidade de quem procede à identificação, quando existam razões para crer que pode ser intimidada ou perturbada pela efetivação do reconhecimento, permitindo-lhe ver sem ser avistada, salvaguardando assim a sua segurança.

O n.º 4 do art.º 147.º refere, ainda, a possibilidade dos figurantes que participam no reconhecimento presencial poderem ser fotografados e, caso o consentam, essas fotos serem juntas ao auto de reconhecimento. Acompanhamos Sousa (2007) quando refere que o reconhecimento presencial deveria ser documentado fotograficamente com os intervenientes a serem fotografados, através de uma fotografia da linha de reconhecimento e essa fotografia junta aos autos de reconhecimento, limitando o consentimento dos intervenientes à exigência da ocultação da sua identidade. Coloca-se, neste caso, a questão da disponibilidade de um qualquer cidadão se sujeitar a integrar uma linha de reconhecimento e, ainda, de ver a sua imagem colocada num qualquer processo-crime. Desde há muito tempo que os OPC anseiam pela disciplina deste contributo. Não obstante as várias chamadas de atenção para esta realidade, nunca até hoje se avançou para um qualquer modelo que permitisse aos OPC recrutar os figurantes para participar num ato desta natureza. Como refere Alves, “o OPC não possui fundamento legal para a constituição de uma linha ou painel de reconhecimento, havendo necessidade que esta tarefa fosse mais aprofundada pelo próprio regime legal” (2010, p. 32). Este condicionalismo, embora não seja fator determinante, é mais um que contribui para a necessidade de uma mudança de paradigma que ousamos propor mais adiante, ou seja, a atribuição de valor probatório ao reconhecimento por fotografia e assim, *ab initio*, afastar a necessidade de realização de grande parte dos reconhecimentos presenciais.

Ainda inserido na regulamentação deste mesmo normativo (n.º 5 do art.º 147.º do CPP) cabem os reconhecimentos por fotografia, filme ou gravação. Estes não integram nenhum dos tipos acima referidos, colocando-se assim a dúvida se estão ou não sujeitos aos formalismos exigidos para os reconhecimentos presenciais, uma vez que apenas são valorados como meio de prova quando seguidos de reconhecimento efetuado nos termos do n.º 2, ou seja, reconhecimento presencial. Sendo esta forma de reconhecimento parte substancial do nosso trabalho será desenvolvida com maior profundidade em capítulos seguintes (capítulos III e IV).

Capítulo II – A memória e a percepção e a sua influência no reconhecimento

2.1. Memória

Sem que seja o foco do nosso trabalho, a memória ocupa uma parte importante do estudo a que nos propusemos, tanto mais que o seu papel no processo de reconhecimento é essencial. É através da memória que uma testemunha consegue descrever o que presenciou, recordando não só os factos a que assistiu, mas também o autor desses factos, sendo por isso, muitas vezes, chamada a identificá-lo. Segundo Fonseca (2008), para Loftus, a memória constitui um paradoxo; se por um lado, representa a base de cada sujeito, pelo outro, é moldável, sugestível às mudanças e seletiva. Como veremos adiante, trata-se de um processo reconstrutivo que vai muito além da concepção outrora defendida e já ultrapassada de que a memória era um processo replicativo em cujo registo dos acontecimentos se esgotava numa espécie de cópia (Sousa, 2013).

2.1.1 Breve resenha sobre a evolução do conceito de memória

A palavra *memória* tem origem etimológica no Latim e significa a capacidade de armazenar e manipular informações (ideias, imagens, expressões e conhecimentos) adquiridos anteriormente (Reis, 2014). Numa outra forma, Gleitman (1999), considera que a memória consiste na maneira como fazemos o registo do passado, para a sua utilização no presente. Citados por Sternberg (2008), Tulving e Craik descrevem a memória como o meio pelo qual

mantemos e acedemos às nossas experiências passadas para usar a informação no presente. Trata-se de um processo complexo que, sobretudo, desde a segunda metade do séc. XIX, despertou a curiosidade de muitos investigadores e cientistas, que a consideravam como um mero mecanismo de armazenamento de informação. Como refere Albuquerque (2001), *ab initio* o conceito de memória resumia-se a um componente do processamento mental, sendo parte dos sistemas neurais, que eram responsáveis pela retenção e processamento de toda a informação que era recebida pelo nosso organismo através dos canais das sensações.

O ano de 1885 representa, segundo Santos (2015), o início dos primeiros estudos científicos sobre a memória. Estes, levados a cabo por Ebbinghaus, concluíram que o tempo, nomeadamente a sua passagem, influencia no declínio da memória. Ainda com base nesses estudos, Ebbinghaus defendeu que, inicialmente, o esquecimento é acentuado, mas com o passar do tempo, este tende a estabilizar. Entre outras conclusões, conseguiu, também, distinguir vários tipos de memória aos quais estão associados um período de duração específico e característico.

Seguiram-se, entretanto, outros estudos que permitiram avanços claros no que diz respeito à memória. Desde Muller e Pilzecker (que defenderam que com o tempo a memória tende a consolidar-se, tornando-se mais resistente às interferências das suas distorções), a William James (que, pela primeira vez, classificou a memória em memória de curta duração e memória de longa duração), houve uma evolução significativa. Seguiram-se Edward Thorndike e Ivan Pavlov que, no início do século XX, desenvolveram uma teoria que serviu de base para a compreensão da memória e da aprendizagem naquela época (Santos, 2015).

Estudos posteriores acrescentaram contributos que permitiram uma nova abordagem no estudo da memória, nomeadamente, o estudo baseado no processamento da informação. Esta abordagem pressupunha que a informação seria extraída a partir do ambiente e seria processada inicialmente pela memória sensorial, representando esta um interface entre a memória e a percepção. Baddley, Anderson e Eysenck, acrescentaram uma nova visão da

memória, defendendo que a informação seguiria temporariamente para um sistema de memória de curta duração antes de ser registada numa memória de longa duração. Aproveitando este modelo, Atkinson e Shiffrin desenvolveram o designado “modelo modal”, o qual concebia a memória como um conjunto de etapas distintas e sequenciais que permitiam que as informações fossem transferidas através de áreas de armazenamento de forma consecutiva, ou seja, da memória de curto prazo para a memória de longo prazo (Santos, 2015).

Estes e outros estudos foram dando os seus contributos para desenhar a evolução do conceito de memória. Segundo Reis (2014), já no final dos anos sessenta do século passado, Richard Atkinson e Richard Shiffrin, num estudo de desenvolvimento já existente, passam a explicar a memória de outra forma, dividindo-a em três níveis de armazenamento: armazenamento sensorial, armazenamento de curto prazo e armazenamento de longo prazo, conceitos que os psicólogos cognitivos descrevem como memória sensorial (MS), memória de curto prazo (MCP) e memória de longo prazo (MLP), a que se juntou depois a distinção entre memória semântica e memória episódica.

Por fim, nos anos noventa do século XX, surgiu e foi ganhando relevância, uma nova perspetiva ainda hoje utilizada e aceite, na qual a memória é considerada um sistema tão complexo que se decompõe em vários sistemas. Trata-se de um modelo integrador e que permite ver a MCP e a MLP sob uma perspetiva diferente, baseada num conceito-chave, qual seja, a “memória de trabalho”.

Estes tipos de memórias que foram surgindo e ganhando preponderância ao longo do tempo serão, juntamente com as fases da memória, explanados mais pormenorizadamente nos pontos seguintes.

2.1.2. Fases da memória

Segundo a teoria cognitiva, os sistemas de memória são constituídos por três processos ou fases, a codificação, o armazenamento e a recuperação (Davidoff, 1983). O envolvimento e a prestação destas fases da memória humana são essenciais para a capacidade de qualquer pessoa prestar um depoimento ou efetuar um reconhecimento relacionado com factos que

presenciou dotados de credibilidade. Estas fases manifestam-se no processamento inicial do facto criminal que presenciou, na capacidade de os reter na sua memória e, ainda, um pouco mais tarde, na produção de um depoimento daquilo que observou ou o reconhecimento de alguém que ali viu.

A codificação é a primeira fase e consiste no processo de preparação da armazenagem da informação, compreendendo, muitas vezes, a associação a uma imagem ou experiência anterior, de forma a facilitar o processo de recuperação, numa fase posterior. Assim sendo, a codificação refere-se ao modo como se transforma um “*input*” físico e sensorial numa representação que pode ser armazenada. Uma vez codificada, esta experiência será armazenada durante um lapso de tempo variável, de acordo com vários fatores, sendo que, de acordo com Craik e Lockhart, um dos principais é a relação direta da profundidade dos níveis de processamento da memória com a capacidade de retenção da informação. (Sternberg,2008). É, também, assente nesta teoria que Reis (2014) suporta a ideia de que os processos de atenção e percepção são determinantes para que a informação fique armazenada na MLP. Ora, no momento em que ocorre o crime, cuja duração vai desde breves segundos, até alguns minutos ou mesmo largas horas, a percepção e a atenção da testemunha, nesta fase de observação, são fundamentais para evitar uma codificação deficiente. Este momento é de capital importância, uma vez que a sua evolução e forma como decorre irá manifestar-se na fase seguinte. Não é possível recuperar a informação se não for corretamente percecionada e se a testemunha não lhe tiver prestado a devida atenção. As situações que são adquiridas de forma incorreta ou inacabada, não são devidamente apreendidas através dos sentidos, pelo que não serão lembradas com a exatidão necessária, o que se refletirá no momento de recuperação dessa informação como, por exemplo, o momento do reconhecimento. Ainda assim, as informações até podem ser percecionadas, com exatidão, pelos sentidos, mas erradamente codificadas devido a falhas na interpretação, sendo que uma fonte destas falhas é o processamento esquemático (Davis & Loftus, 2005).

Segue-se a outra fase da memória, a do armazenamento. Este consiste no guardar ou na conservação da informação de forma mais ou menos permanente para utilização posterior, uma vez que, qualquer experiência, para

ser recordada, tem de deixar algum registo no sistema mental (Gleitman,1999). Além disso, nesta fase ocorre também o processo de recodificação. Este traduz-se num conjunto de processos que sucedem à codificação de um evento original e que provocará alterações no traço mnésico. Ocorre, sobretudo, quando somos confrontados com o mesmo evento ou com eventos praticamente idênticos (repetição). No entanto, este processo poderá ter efeitos diferentes, como provocar confusão entre os vários acontecimentos ou, então, uma maior acessibilidade ao traço mnésico original (Sousa, 2014). Refira-se ainda que, nesta fase, a informação armazenada pode sofrer contaminações, seja pela introdução de novas informações incorretas após o evento inicial, seja pela discussão entre várias testemunhas que, embora tenham presenciado o mesmo acontecimento, o percebem de formas diferentes, de acordo com as suas características intrínsecas.

Por fim, temos a fase de recuperação que mais não é do que a evocação da informação antes armazenada, ou seja, o regresso à consciência daquilo que já está na memória e que consolida a lembrança. Este é um processo constantemente presente no nosso dia-a-dia e que sustenta o pensamento. A fase de recuperação está dependente de várias tarefas distintas da memória, como o reconhecimento, a evocação livre e a recordação de indícios. Assim, o reconhecimento, inserido na fase da recuperação, mais não é do que o reencontro com algo ou alguém previamente encontrado e, por isso, por força do processo descrito, reconhecido como familiar.

Resumindo, a codificação e o armazenamento são, frequentemente, considerados estágios sequenciais por meio dos quais o indivíduo, em primeiro lugar, introduz a informação, conserva-a por um momento e, posteriormente, esquece-a. A recuperação consiste na extração de um determinado traço mnésico de entre todos os outros que guardou e está dependente da necessidade de restaurar a informação para poder ser utilizada.

2.1.3. Tipos de memória

Feita a abordagem ainda que resumida ao conceito de memória, bem como aos seus aspetos estruturantes e funcionais, importa também, e mesmo que de

forma perfunctória, abordar os tipos e processos de memória e, sobretudo, descrever a forma como aqueles interagem segundo as teorias cognitivas. Para Gerow, Brohen e Newell (1989), trata-se de um conjunto de processos que interagem reciprocamente e são interdependentes ou inter-relacionados (Sternberg, 2008)

Segundo Reis (2014, p. 43), estes “caracterizam-se pelo facto de apresentarem duas distinções, por um lado *a*) a duração da retenção tendo por base cada um dos tipos de memória e, pelo outro, *b*) o tipo de informação armazenada na memória de longo prazo”. Quanto à duração da retenção, há três tipos de memória: a memória sensorial (MS) ou imediata, a de curto prazo (MCP) e a de longo prazo (MLP). Assim, recebida a informação através dos sentidos, esta é transformada em impressões sensoriais e armazenada na MS, ainda que por segundos. A MS atua como uma espécie de fotografia instantânea que armazena informação de qualquer natureza sensorial, da qual destacamos a proveniente da visão, a memória icónica que se caracteriza pelo facto de ser retida por períodos de tempo muito curtos e que pode ser apagada, torna as nossas sensações visuais mais sensíveis (Sternberg, 2008).

Apesar de parte da informação se perder, a que sobrevive é armazenada na MS e na MCP, sendo que a partir daqui passa a ser conscientemente manipulável, atribuindo-se-lhe pela primeira vez significado, ficando depois disponível para passar para a MLP. Depois de passarem para a MS, os itens selecionados pela atenção e percepção são armazenados na MCP antes de serem transferidos para a MLP, se forem objeto de uma repetição mental. O armazenamento de curto prazo guarda apenas alguns itens, além de ter alguns processos de controlo que regulam o fluxo de informação de e para a armazenagem de longo prazo. Percebe-se, por isso, que em cada etapa destes processos, se perca informação por declínio ou por interferência.

Por fim, a MLP funciona como se de um armazém final e de capacidade quase ilimitada se tratasse, conferindo a capacidade de reter volumes de informação durante períodos alargados como horas, dias, semanas ou mesmo para sempre, sendo considerada pelos psicólogos ilimitada no que diz respeito à capacidade de armazenagem, apesar de limitada em termos de idade

(Davidoff, 1983). Assim, a informação não é simplesmente transferida, da MCP para a MLP, é submetida a um tratamento cognitivo e só depois ali armazenada.

A memória é, destarte, considerada um sistema tão complexo que se decompõe em outros sistemas, cada um com os seus aspetos singulares, mas não totalmente independentes, estando em constante interação. Trata-se de um modelo integrador e que permite ver a MCP e a MLP sob uma perspetiva diferente. Esta perspetiva, a da memória de trabalho, faz parte integrante da MCP, abrangendo igualmente a MLP, garantindo um modelo interativo entre os dois conceitos (Reis, 2014). Para Doshier, o principal papel desta memória de trabalho é guardar apenas a porção mais recentemente ativada da MLP e movimentar esses elementos ativados para dentro e para fora do armazenamento da MCP (Sternberg, 2008). O mesmo autor socorre-se de metáforas para descrever estes processos, comparando os três armazenamentos a um depósito onde a informação é toda ela depositada passivamente, sendo que a MS é representada pela plataforma de carga, a MCP como a área em torno da plataforma de carga e onde as informações são guardadas temporariamente até serem movidas para o local final de depósito, ou seja, a MLP.

Já quanto à memória de trabalho, ela é comparada a um estúdio de produção multimédia, no qual os conteúdos são permanentemente gerados e manipulados, além da integração de visões e sons. Apesar de armazenados, todos estes conteúdos estão ainda assim disponíveis para serem reformulados e reintegrados de novas formas, de acordo com novas solicitações e à medida que novas informações estejam disponíveis.

Por fim importa referir qual o tipo de informação que é retida pela MLP. De acordo com estudos recentes, esta memória consegue reter informação durante largos períodos e divide-se em dois tipos, a declarativa ou explícita “saber que”, capaz de armazenar e recordar factos e eventos de maneira consciente e passível de descrição verbal, e a memória implícita ou de procedimentos “saber como”, referente à capacidade de aprender novas habilidades motoras (Reis, 2014).

Tulving (2002) apresentou um modelo baseado em três tipos de memória, a semântica, a procedimental e a episódica. Para este autor, a memória semântica, é aquela que armazena o conhecimento geral do mundo, o conhecimento de cada indivíduo sem expressar o “quando” e o “onde” esta informação foi adquirida. É com base neste tipo de memória que conseguimos explicar a razão pela qual o mesmo comportamento é interpretado de forma diferente por cada pessoa. Como refere Sousa (2013), o ser humano não é um mero leitor passivo, mas sim um sujeito ativo que procura constantemente perceber a realidade que o rodeia, cujos conteúdos vão sendo permanentemente adquiridos e atualizados, tornando-os capazes de alterar ou distorcer novos conteúdos adquiridos com o objetivo de alcançar uma única conceção adequada aos conhecimentos e expectativas do sujeito e que já se encontram enraizados (Reis, 2006). Este processo pode, inadvertidamente, provocar erros de memória, percepção e julgamento, tendo como consequências possíveis o esquecimento, as falsas memórias ou as distorções de determinados acontecimentos. Deste modo, percebe-se que cada ser humano possui características distintas que o tornam único, dotado de um quadro mental próprio, o que faz com que as suas experiências e conhecimentos, influenciem, em grande extensão, a sua memória (Davis & Loftus, 2007).

A memória procedimental refere-se a rotinas ou hábitos do ser humano. Trata-se de uma memória que não se verbaliza, encontrando-se gravada, ficando a sua manifestação dependente da realização de uma tarefa, como, por exemplo, andar de bicicleta (Louro, 2012).

Quanto à memória episódica, é aquela que armazena eventos ou episódios experimentados pessoalmente, pelo que, sempre que necessitamos de recordar algo que nos ocorreu em determinado momento ou num contexto específico, é a esta memória que recorreremos (Sternberg, 2008). Além disso, liga-nos aos factos que cada um de nós vivencia, sendo por isso considerada autobiográfica (Sousa, 2013) e responsável pela codificação e recordação dos acontecimentos do nosso passado, assumindo um papel preponderante no contexto do testemunho ocular Tulving (2002). A recordação desses acontecimentos é, frequentemente, acompanhada pela recordação de detalhes que lhe estão associados e, por isso, capaz de fornecer informações

pertinentes acerca das condições, do ambiente ou outros associados ao acontecimento lembrado, essenciais para o nosso trabalho.

Como vimos antes, a memória reflete aquilo que somos e que vivenciamos todos os dias, os nossos valores e convicções interligados com um acumular de experiências, garantindo a continuidade da nossa identidade. O resultado de vários estudos, demonstra que a memória é flexível, seletiva e suscetível à mudança. Segundo Loftus, a sua natureza maleável pode não ter importância quando nos referimos a mudanças de factos que não possuem muito significado; no entanto, se as mudanças forem significativas, podem destruir vidas (Fonseca, 2008). Sabe-se que a memória humana, no que diz respeito a pessoas e rostos, é impressionante. Este facto é verdadeiro, até quando as decisões relativas ao reconhecimento ocorrem sob más condições de visualização (Diallo, 2013).

O ato de reconhecer é, essencialmente, resultado dos processos que constituem a memória de uma testemunha ocular, assumindo, por isso, um papel crucial em muitas investigações policiais e nas suas conclusões. Porém, como vimos, estes processos são influenciáveis e dependem de inúmeros fatores, o que, para Semmler e Brewer, torna a memória de uma testemunha ocular falível (Brown, 2010).

2.2. Perceção

Além da memória, a perceção é outro fator com um papel determinante no reconhecimento de pessoas no âmbito do processo penal. Esta consiste na representação mental de objetos ou acontecimentos exteriores, elaborada por um ou mais centros gnósticos, com base numa ou em múltiplas impressões sensoriais e que se integra num conjunto de outras perceções, condutas e atos que lhe são correlativos (Enciclopédia Luso-brasileira de cultura - ed. Sec. XXI, 2002). Numa outra definição, para Kendeler a perceção consiste numa atividade intermédia, provavelmente sob o controlo do cérebro, que prepara o organismo para responder de maneira especial ou como um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações que recebemos dos estímulos ambientais (Epstein e Rogers, 1995).

Embora já tenham sido estudados outros aspetos ligados à percepção, incidiremos a nossa análise na visual, uma vez que, além de amplamente estudada, é aquela que apresenta maior interesse para o nosso trabalho.

A percepção é um processo que depende, sobretudo, da forma como organizamos as sensações recolhidas pelos nossos sentidos, no caso concreto a visão, e, também da forma como asseguramos a representação mental desse estímulo, percebendo aquilo que é visível, mas também realidades que não existem. São vários os fatores com reflexos nessa capacidade, nomeadamente a atenção, a afetividade, a intencionalidade e as nossas experiências passadas, o que nos leva a perceber o facto de tendermos a organizar o que percebemos de acordo com essas experiências (Kendeler, 1985).

São vários os estudos sobre a percepção. Desde a percepção de profundidade e o efeito que a mesma produz, passando pela percepção de objetos e da forma, na qual se destaca a abordagem de Gestalt. Esta assumiu particular interesse, uma vez que, segundo a Lei de Gestalt de Pragnanz, tendemos a perceber uma dada configuração visual de maneira que apenas organize os elementos distintos numa forma coerente e estável (Sternberg, 2008), ou seja, tendemos a centrar-nos numa figura principal enquanto as restantes funcionam como se de um fundo se tratasse. Por conseguinte, não conseguimos ver dois conjuntos de objetos em simultâneo, apesar de conseguirmos alternar com rapidez entre eles. Para explicar este fenómeno, esta teoria baseia-se num vasto conjunto de princípios, entre eles a percepção da figura-fundo, proximidade, semelhança, continuidade, fechamento e simetria. Estes princípios permitem-nos fundamentar o facto de vermos uma configuração coerente entre uma figura e o respetivo fundo em que se insere, agrupamentos de objetos próximos (proximidade), objetos parecidos (semelhança), os objetos completos e não parte deles (fechamento), linhas completas em vez de interrompidas (continuidade) e padrões simétricos em vez de assimétricos. Para Palmer, mesmo tratando-se de princípios muito simples, caracterizam grande parte da nossa organização perceptual, sendo por nós aplicados na nossa percepção quotidiana, independentemente de conhecermos ou não as figuras (Sternberg, 2008). Estes princípios contribuíram com conhecimentos valiosos sobre a percepção da forma e de padrões, elementos essenciais para o estudo a que

nos propusemos. Neste contexto, Farah identifica no ser humano dois sistemas para reconhecer padrões, sendo o primeiro especializado no reconhecimento de partes de objetos e na montagem dessas partes em todos distintos e, o segundo, no reconhecimento de configurações maiores, assumindo-se, muitas vezes, como o mais importante no reconhecimento de rostos (Sterneberg, 2008). No entanto, para compreendermos melhor a importância destes contributos, é essencial examinarmos algumas das teorias explicativas da percepção.

2.2.1. Abordagens teóricas da percepção

Não obstante os princípios de Gestalt acima enunciados, muitas outras teorias foram essenciais para a explicação da percepção. Estas dividem-se basicamente em duas áreas distintas: as teorias baseadas no estímulo ou padrão observável ou também designadas teorias “de baixo para cima” e as teorias baseadas em processos cognitivos, em conhecimento existente e em expectativas anteriores, ou seja, as consideradas “de cima para baixo”. Muito embora estas teorias, muitas vezes, sejam utilizadas em oposição uma à outra, a verdade é que, em certa medida, mais não são do que diferentes aspetos do mesmo fenómeno, assumindo-se como a forma de apresentar uma teoria completa sobre a percepção.

2.2.1.1. Abordagens “de baixo para cima”

Estas abordagens englobam várias teorias como a teoria da percepção direta, as teorias baseadas nos moldes, a teoria dos protótipos, a teoria das características e a teoria da descrição estrutural.

Desenvolvida por Gibson, a teoria da percepção direta assenta no facto de a informação de que dispomos nos recetores sensoriais, incluindo o contexto sensorial, ser suficiente para perceber seja o que for, dispensando qualquer processo cognitivo superior ou outro para mediar as experiências sensoriais e as percepções (Broens, 2017). Este modelo assenta na informação do estímulo, admitindo apenas a intervenção da inteligência no processo cognitivo, apesar de considerar que ambas (percepção e inteligência) são separadas e potencialmente sequenciais. Por sua vez, as teorias baseadas nos moldes

defendem que armazenamos nas nossas mentes grandes quantidades de moldes altamente detalhados, comparando-os com os padrões que recebemos a cada momento, escolhendo depois aquele que corresponde ao que observamos, num processo que se repete no dia-a-dia. Uma vez que a correspondência verificar-se-ia apenas quando fosse exata, desta realidade raramente acontecer no nosso quotidiano e de ser impensável antecipar e criar todos os padrões para cada objeto de perceção, estas teorias de correspondência de padrões tornam-se falíveis.

Na sequência da rigidez da teoria dos moldes, surge então a teoria da correspondência dos protótipos, em que estes eram considerados uma espécie de modelo representativo que, ao contrário dos padrões, não exigia uma correspondência precisa. Nestes protótipos incluíam-se rostos muito bem definidos, criados pela polícia, os chamados *Identikits*, que costumavam ser usados para identificação por testemunhas, como refere Solso (1996), citando Solso e McCarthy (1981). Os vários estudos desenvolvidos permitiram considerar que os protótipos formados integravam todas as características mais típicas de um padrão, o que permitia assegurar sempre uma correspondência.

Entretanto, a teoria das características, surgiu como outra forma de explicar a perceção de formas e padrões que se baseia na tentativa de estabelecer correspondências entre características de um padrão e características armazenadas na memória, em vez de associar um padrão com outro padrão ou protótipo. Por fim, a teoria da descrição estrutural, de acordo com a qual, conseguimos formar representações mentais em 3D com base em manipulações de algumas formas geográficas simples. Segundo Stenberg (2008), Biederman desenvolveu esta teoria que explica de forma simples como conseguimos reconhecer a classificação geral de tantos objetos de forma rápida, automática e precisa.

2.2.1.2. Abordagens “de cima para baixo”

Esta abordagem, desenvolvida por Bruner, Gregory, entre outros, defende que, recorrendo a este processo, se constrói uma perceção (ou representação

cognitiva) do estímulo. Para o efeito são usadas, além de outras fontes de informação, informações sensoriais que lhe servem de base para a estrutura (Sternberg, 2008). Este mesmo autor designa este processo como percepção inteligente, uma vez que, segundo ele, envolve um pensamento de ordem superior na percepção. Além desta representação da percepção, esta teoria enfatiza igualmente o papel da aprendizagem, do meio em que nos inserimos, bem como daquilo que experimentamos evidenciando a forma como cada um destes elementos a influencia.

De acordo com os construtivistas, as nossas percepções resultam de um processo dinâmico que nos permite, rapidamente, testar várias hipóteses em relação àquilo com que nos deparamos, ao que percebemos e que se baseia em três fatores: 1) aquilo que recebemos pelos sentidos; 2) aquilo que conhecemos resultado da nossa experiência e que está armazenado na nossa memória; e, por fim 3) aquilo que inferimos recorrendo aos processos cognitivos (Sternberg, 2008).

Resumindo, a percepção está condicionada pelas nossas expectativas e experiências anteriores, pelos contextos ou ambientes que nos envolvem. Estas informações que absorvemos inconscientemente são assimiladas e, igualmente de forma inconsciente, permitem-nos conceber inferências. Com base neste processo fazemos julgamentos sem, no entanto, avaliar a sua credibilidade. Este processo requer inteligência e raciocínio para combinar a informação sensorial com a experiência prévia e permite-nos considerar que aquilo que percebemos não resulta apenas daquilo com que nos confrontamos no dia-a-dia, antes representando a interação desse confronto com as nossas expectativas e outros raciocínios resultantes da nossa interação com o mundo que nos rodeia. Nesta visão, a inteligência e o processo perceptivo interagem na formação das nossas crenças sobre aquilo que nos rodeia no nosso quotidiano (Sternberg, 2008).

Não obstante a validade de cada uma destas perspetivas, apoiando-nos em cada uma delas, isoladamente, seria ter um olhar incompleto sobre a percepção. Basearmo-nos numa perspetiva “de cima para baixo”, seria subestimar e deixar de fora os dados sensoriais, fazendo com que a nossa percepção fosse

invariavelmente imprecisa. Por outro lado, basearmo-nos exclusivamente numa perspectiva “de baixo para cima”, seria afastar irremediavelmente a influência da experiência prévia, do conhecimento armazenado, não fazendo sentido estar a guardar informação que não serviria para nada. O caminho será o de conciliar estas duas perspetivas num processo de complementaridade, baseado na riqueza da informação sensorial, conciliada com processos mais complexos e que requerem interação entre a informação sensorial e as experiências já vividas.

Neste contexto surge depois uma nova teoria, a teoria computacional da perceção, construída por Marr. Esta teoria da perceção visual apresenta o enfoque na informação sensorial, mas acompanhando-a pelo valor do conhecimento e da experiência anterior. Marr, embora não fosse um construtivista reconheceu a importância dos processos cognitivos necessários para perceber uma representação mental do ambiente, não obstante com base em dados sensoriais (Branco, 2009).

Já no séc. XXI, Mira y Lopez (2009) enriqueceu o estudo da perceção ao desenvolver um estudo em que percebeu que as mulheres apresentam maior índice de exatidão na perceção de pormenores do que os homens; que a capacidade de apreensão dos estímulos vai diminuindo ao longo do dia, e os acontecimentos iniciais e finais são melhor percecionados do que os intermédios.

Concluindo, podemos afirmar que o processo percetivo é próprio de cada indivíduo, uma vez que, além de influenciado pelo meio, pelo género, pelo ambiente que nos rodeia, depende de fatores intrínsecos a cada um e das suas experiências anteriores. Percorrido este caminho ao longo deste dois subcapítulos dedicados à memória e à perceção, urge perceber de que forma, estes dois fatores influenciam o resultado do reconhecimento no âmbito do CPP, tal qual a lei o prevê.

2.3. A influência da memória e da perceção no reconhecimento no âmbito do processo penal

Ao longo dos capítulos anteriores fomos analisando os vários aspetos ligados sobretudo ao reconhecimento enquanto meio de prova no âmbito do processo penal e à percepção e à memória, nas várias vertentes. Importa agora perceber de que forma, quer a percepção, quer a memória, influenciam o resultado desse reconhecimento.

Para que este processo de identificação se materialize, tem de se verificar um vasto conjunto de procedimentos complexos, envolvendo os vários recursos cognitivos, desde a percepção à memória, que, relacionando-se entre si, permitem chegar a um resultado. No entanto, este processo está sujeito à influência de fatores como o stresse, a ansiedade, entre outros, provocados pelo acontecimento a que a testemunha esteve exposta e que podem contribuir para a perda de parte do conteúdo percecionado. O processo percetivo é bastante simplificado, tratando todos os membros de uma categoria da mesma forma, apesar das suas diferenças. A memória tem um funcionamento similar, uma vez que, de acordo com as evidências, os objetos percecionados são codificados na memória como um tipo de categoria, geralmente sem detalhes específicos (Telving, 1972). Este processo percetivo aplica-se igualmente na categorização dos rostos, classificando-os de acordo com o género, idade, e raça, mas também tendo em conta outras dimensões como o tom de pele, cor e estilo do cabelo, presença e tipo de talhes de barba ou tipo de bigode, entre outras (Lee *et al.*, 2014). Esta organização pode ter consequências no processo de identificação do suspeito por parte da testemunha. Isto deve-se, sobretudo, ao facto de, normalmente, a exposição ao acontecimento criminoso ser muito curta, podendo prejudicar o processo percetivo e a codificação da informação no que diz respeito a detalhes de qualquer uma destas categorias. A memória resultante deste processo provavelmente refletirá esse pouco tempo de exposição e, consequentemente, essa precisão reduzida pelo que, durante a recuperação dessa informação, a memória pode regredir para um protótipo de uma das categorias acima referidas (Goldstone, Lippa e Shiffrin, 2001). Isto faz com que a testemunha consiga identificar categoricamente um suspeito com bigode (uma das categorias), no entanto, não tem capacidade para identificar os detalhes do rosto e desse bigode necessários à individualização de um suspeito, uma vez que, aqueles pormenores não foram

codificados na memória. Refira-se que um reconhecimento pessoal mais não é do que um processo de recuperação da informação percebida e retida na memória por parte da testemunha, ou seja, a comparação da percepção visual atual com a percepção do momento em que foi presenciado o acontecimento e que permite identificar a pessoa que viu na cena do crime.

Para Lindsay *et al.* (2007), são vários os autores que consideram a identificação do suspeito da prática de um crime como um dos maiores desafios que se pode colocar a uma testemunha no âmbito de um processo-crime, podendo mesmo ser um fator determinante para a sua identificação, julgamento e condenação.

A importância deste resultado, e de todo o processo cognitivo da prova testemunhal em geral e para o reconhecimento de pessoas em concreto, fez com que o funcionamento da memória, no caso das testemunhas ou vítimas de crimes, e as suas implicações ganhassem grande importância, a qual se manifestou sobretudo a dois níveis. Se, por um lado, fomentou o estudo do funcionamento do processo mnésico, pelo outro, fez com que aumentasse a sua influência e importância na aplicação da prática judiciária. Refere Seixá que “o processo mental inerente à recordação há muito que vem sendo posto em evidência pelas investigações de psicologia experimental e judiciária”, como sendo “o culminar de um percurso bastante complexo (...)” (2003, p. 1414).

Como já antes estudámos (subcapítulo 2.1), o processo mnésico caracteriza-se, entre outros aspetos, pela sua complexidade. Para Horvath (2009), considerar-se a memória como um simples gravador de vídeo, que permite que as testemunhas oculares recuperem exatamente o que viram independentemente de outras influências, além de um dos erros mais comuns¹, representa uma visão redutora daquele processo. Como vimos, o funcionamento da memória é um processo complexo, pessoal e individualizado, característico de cada ser humano e influenciado por fatores internos e externos.

Manifesta-se na forma como se acede à informação retida, permitindo a sua utilização, seja numa atividade diária, seja no processo de realização do

¹ Tradução nossa

reconhecimento em que a testemunha tenta identificar o autor do crime que presenciou. Importa, pois, perceber de que forma a memória e a percepção influenciam esse processo e, conseqüentemente, o resultado desse ato de reconhecimento. Segundo Cordero, trata-se de um ato ainda mais falível do que o ato testemunhal, afirmando que “quem faz o reconhecimento, (...), no momento culminante trabalha sobre matéria alógica, no curto-circuito das “sensações”: o *déjà vu* está entre as menos exploráveis” (Seiça, 2003, p. 1414).

Trata-se, pois, de perceber de que forma as condições, em que ocorre o evento entroncadas com as características individuais da testemunha influenciam o processo mnésico. São estes fatores que determinam a forma como toda a memória da testemunha se vai comportar, sobretudo em dois momentos: na aquisição da informação (quando se dá a codificação) e, sobretudo, no momento da recuperação, ou seja, aquando da realização do reconhecimento.

Esta influência parece manifestar-se, desde logo, no momento de aquisição da informação, uma vez que, a forma como cada indivíduo percebe a realidade depende das suas condicionantes específicas, ou seja, aquelas que caracterizam o ser humano como um ser único. Depois, não obstante as restantes fases da memória estarem também sujeitas à interferência das características pessoais, o contexto da observação no momento da aquisição da informação (codificação) também influencia o processo através do qual a informação é percebida. Porém, essa influência apenas se manifesta no momento da evocação, ou seja, no momento em que é necessário recorrer à informação retida pela memória (processo recognitivo). Não obstante o desconhecimento ainda existente sobre a percepção e a memória, os variadíssimos estudos já desenvolvidos e o conhecimento adquirido sobre estes dois fatores permitiram perceber que se trata de processos que, além de falíveis e com limitações próprias, são permeáveis à influência de outros fatores como a atenção, o tipo de temperamento e personalidade do sujeito, à linguagem usada, entre outros (Pinto, 1985). Outros fatores, como o stress ou a violência empregue no acontecimento presenciado tendem a diminuir a capacidade de captação da informação uma vez que as pessoas têm a sua atenção concentrada na sua própria defesa (Fiorelli, 2009), manifestando-se

depois essa insuficiência no processo de recuperação da informação, nomeadamente aquando da realização do reconhecimento.

Saliente-se que, o processo de memória resulta não só do que a testemunha viu, mas da combinação dessa “visão” com o seu pensamento, imaginação, conversas, e daquilo que recolhe de outras fontes que vão enriquecendo essa informação. Durante a recuperação, o indivíduo evoca a experiência que presenciou, mas também as suas crenças, sentimentos ou conhecimentos obtidos mesmo depois da experiência (Cooper, Griesel & Ternes, 2013). Como refere Poiares (2012), a recuperação é um processo que implica ter de decifrar e reconstruir um acontecimento vivido, logo complexo e logo sujeito a várias condicionantes. Como o próprio referencia, Queiroz assume que é ainda mais difícil reconstruir uma vivência e construir uma das verdades possíveis, pois várias testemunhas do mesmo acontecimento podem apresentar formas muito diferentes de interpretar o momento vivenciado.

O resultado do reconhecimento depende, por isso, da atenção e importância que cada uma das testemunhas atribui ao facto no momento da codificação, bem como da forma como a percebe. Quanto maior for essa atenção/importância, mais factos serão lembrados, uma vez que a emoção constitui um ativador da memória (Cooper, Griesel, Ternes, 2013). Além disso, também a idade da testemunha, o estado psíquico no momento do acontecimento, os conhecimentos pessoais, os conhecimentos prévios e expectativas, o tempo decorrido desde o evento, a informação pós-evento, podem distorcer a memória, refletindo-se este impacto no testemunho (Santos, 2015).

Concluindo, “no reconhecimento refletem-se todas as imprecisões da percepção anterior, da sua recordação, da sua evocação e, finalmente, os erros de julgamento que podem derivar da comparação das duas percepções” (Altavilla, 2003, p. 367).

Entre todos os fatores, internos e externos, que influenciam a memória e, consequentemente, a recuperação da informação retida, há alguns com maior relevância no resultado do reconhecimento que a seguir apresentaremos.

2.3.1. Estereótipos e expectativas sociais

As singularidades de cada ser humano, do seu processo mnésico e percepções, são definidos pela complexidade dos seus processos cognitivos. No entanto, essa singularidade é moldada pelo meio que o envolve, pela vivência e regras sociais a que está sujeito, conferindo-lhe expectativas que condicionarão a informação retida durante determinado acontecimento. Essas vivências a que está exposto contribuem para que crie expectativas sociais e estereótipos que vão influenciar a informação (factos) que retém na memória, interpretando-a de acordo com juízos de valor ou apreciações de acordo com essas expectativas ou estereótipos. O simples facto de um indivíduo pertencer a um grupo específico, comportar-se de determinada forma, gerando desde logo uma opinião sobre ele igual à dos restantes membros desse mesmo grupo em que está inserido. Assim sendo, se um deles é criminoso, então todos os restantes também o são, independentemente de ter sido apenas aquele a praticar um ato ilícito. Nestes casos, involuntariamente, a testemunha, gere a informação de forma que consiga fundamentar a sua tese, sendo mais provável o recurso a este mecanismo quando ocorram lacunas na memória dos factos, quando não houve uma percepção correta dos mesmos ou quando se encontra pressionada a indicar uma resposta e identificar alguém (Santos, 2015). Segundo Yarmey (2006), estudos como os de Sporer (1996), as expectativas, atitudes, estereótipos e preconceitos influenciam na evocação e identificação.

2.3.2. A atenção

A atenção e a percepção estão intrinsecamente ligadas e a sua importância é diretamente proporcional para o sucesso do processo de codificação da informação por parte da testemunha durante o acontecimento a que está exposta.

A atenção é o processo ativo através do qual as informações detetadas pelo sistema visual durante o acontecimento são selecionadas para processamento adicional. Através do processo perceptivo, aquelas informações são integradas, tornadas coerentes e categorizadas por meio da atribuição de significado, utilidade, valor e, valência emocional, permitindo assim o seu armazenamento.

Quanto maior a atenção prestada a determinado acontecimento maior será a percepção da informação recolhida sobre aquele, pelo que a probabilidade de ser codificada para armazenamento posterior é maior. Refere Altavilla que sobre os falsos reconhecimentos, “influi bastante o estado da concentração da atenção, que pode ser a causa de um exato ou de um falso ou errado reconhecimento, conforme a atenção se fixou desde o primeiro momento no reconhecimento, ou foi atraída por outros estímulos” (2003, p. 380). Algo que pode influenciar a focalização é o facto de o suspeito, o meio ou as circunstâncias em que o crime ocorreu serem diferentes daquilo que é o padrão. Segundo Baddley, Anderson e Eysenck (2009), este sistema de atenção opera através de dois mecanismos: um que define a informação, a ativação e elaboração da informação importante que nos chega; o outro, que consente que a informação que não interessa fique fora da memória. A atenção prestada a determinado acontecimento é ainda determinada pela originalidade e intensidade do estímulo a que a testemunha é exposta. Embora condicionada e dependente das características e conhecimentos daquela, quanto mais original, emocionalmente carregado e intenso for o acontecimento, maior a probabilidade de ser observado e de ser retida a informação recolhida durante essa observação (Phelps, 2006).

No entanto, segundo Yarmey (2006), a fadiga afeta a atenção a detalhes críticos conforme concluiu Mackworth e a precisão da evocação.

2.3.3. Fatores emocionais

Os estados emocionais da testemunha são um dos fatores que mais afetam a percepção dos acontecimentos, podendo influenciar a apreensão da informação ou a sua codificação, manifestando-se esses efeitos no momento em que é recuperada, ou seja, aquando da realização do reconhecimento. Para Yarmey, o estado físico e emocional da testemunha ocular influencia a percepção e a memória (2006, p. 232). Também fatores como o stresse ou o trauma tendem a produzir efeitos deformadores da memória, devido ao desenvolvimento de mecanismos que podem afetar ou inibir a percepção total de um acontecimento. A presença da emoção num determinado acontecimento manifesta-se reduzindo o campo de atenção sobre aquele, promovendo uma memória

dirigida para os acontecimentos centrais afastando tudo o que seja periférico (Reis, 2006). Na verdade, a memória possui um carácter seletivo da informação que, aperfeiçoando o que, de acordo com Christianson, é aquela que se encontra relacionada com o acontecimento central, ou seja, diretamente associada à ativação do episódio, deixando de lado todos os acontecimentos periféricos, a considerada informação irrelevante ou espacialmente periférica (Sousa e Albuquerque, 2006). Podemos, assim, concluir que os acontecimentos emocionais ficam fortemente marcados na nossa memória, nomeadamente o acontecimento central. Depois, o facto de pensarmos e falarmos sobre eles leva a permanentes evocações e recuperações, solidificando-os na memória. No entanto, estes mesmos acontecimentos também são propícios a criar falhas de memória, sobretudo no que diz respeito às informações acerca dos acontecimentos periféricos dado que não são codificados. Como assumem Levine e Edelstein (2009, p. 842), sendo a nossa memória uma capacidade limitada, a informação emocional assume todo o protagonismo do processo de codificação, deixando poucos ou nenhuns recursos para os detalhes periféricos.

2.3.4. Stresse e trauma

Yuille e Cutshall (1986) defenderam que altos níveis de stresse nas testemunhas oculares levam a uma recordação mais detalhada do que níveis baixos de stresse, no entanto, o nível de stresse está associado ao grau de envolvimento e de proximidade da testemunha com o evento. De acordo Horvath (2009), Yuille desenvolveu um estudo que envolveu 120 estagiários da polícia metropolitana, submetendo uns a situações com elevados níveis de stresse e outros com baixos níveis de stresse, envolvendo uma parte como participantes ativos e outros como meros observadores. Os resultados, após uma semana, mostraram que aqueles que foram submetidos a uma situação com um nível elevado de stresse forneceram consideravelmente menos informação do que aqueles que foram sujeitos a uma situação de baixo nível de stresse. Entretanto, doze semanas depois, entrevistados de novo, aqueles que estiveram na situação com elevado nível de stresse, foram mais precisos na sua recordação do que aqueles que estiveram numa situação com nível mais baixo de stresse. Ao mesmo tempo, aqueles que estiveram ativamente

envolvidos no evento lembraram mais detalhes do que aqueles que participaram apenas como observadores, ou seja, sem participação ativa.

Outros estudos entretanto desenvolvidos [(Hulse e Memon (2006) e Ihlebaek *et al.* (2003))] apresentaram dados idênticos, consolidando assim o efeito do stresse na testemunha ocular e, conseqüentemente, no seu comportamento. Por outro lado, num outro estudo desenvolvido por Loftus, foram obtidos resultados diferentes, demonstrando que sujeitos remetidos a um maior nível de stresse cometem mais facilmente erros de identificação (Cooper *et al.*, 2013). Também a violência do facto percebido, sendo uma situação indutora de stresse, ao influenciar a memória e a percepção podem distorcer a validade do reconhecimento (Seiça, 2003, p. 1415). A gravidade do acontecimento ou o perfil do criminoso também podem influenciar a postura da testemunha ocular e o seu comportamento, aumentando a precisão do seu testemunho. Porém, desconhece-se qual dos dois fatores produz essa influência (Searcy, Bartlett e Siepel, 2000).

A propósito do suspeito, Brigham *et al.*, (1999) referem que as características da face influenciam o resultado do reconhecimento. No seu estudo concluíram que, quando o suspeito tem características faciais “normais”, há uma probabilidade muito maior de uma identificação falsa por parte da testemunha. Corroborando estas conclusões, outros estudos (Davies *et al.*, 1979 e Light *et al.*, 1979), mais consolidados, referem que rostos classificados como invulgares, quer sejam atractivos ou não, são mais facilmente identificáveis do que rostos classificados como neutros (Horvath, 2009)².

2.4.5. Presença de uma arma

O foco da arma tem sido descrito como o mais conhecido mas menos compreendido erro no depoimento de testemunhas oculares. A presença de uma arma num acontecimento dá origem a uma focalização e concentração da atenção naquela, quando esta está visível. De facto, o denominado efeito de focalização na arma provoca também um estreitamento perceptivo como o que ocorre em todas os acontecimentos emocionais. Este desvio da atenção, ainda

² Tradução nossa

que involuntário, centra-se automaticamente na arma e no perigo que representa, fazendo com que a testemunha se concentre na sua defesa. Consequentemente, a testemunha vai ter uma boa memória acerca da arma e da ofensa, apresentando menor memória sobre o autor do ato criminoso e os restantes acontecimentos experienciados. Isto faz com que os outros acontecimentos vivenciados sejam codificados de forma parcial, não havendo uma recordação clara do sucedido (Fonseca, 2008).

Num estudo em que se procedeu à monitorização dos movimentos oculares das testemunhas durante a observação de um assalto que envolvia armas de fogo, descobriu-se que as armas desviam a atenção visual de outros pormenores decisivos para a identificação do criminoso (e.g., a face). De acordo com Groeger (1997), a presença de uma arma no acontecimento reduz as possibilidades de a testemunha poder identificar o seu portador (Sousa e Albuquerque, 2006).

Apesar das diferentes explicações para o efeito da atenção centrada na arma, Kapardis (1997) concluiu que as testemunhas, sejam meros observadores ou vítimas, são mais propensas a lembrarem-se de detalhes da arma em si do que dos restantes elementos do acontecimento, sendo uma das explicações possíveis, o facto de a testemunha centrar a sua atenção na autoproteção.

2.4.6. Os efeitos do tempo de exposição ao acontecimento e do tempo decorrido entre a aquisição e a recuperação da informação

O tempo de exposição ao estímulo também se reflete na memória, ou seja, além do facto criminal em causa ou do suspeito, o tempo de exposição ao evento é um fator determinante para a precisão do testemunho ou para a identificação dos suspeitos (Bornstein *et al.*, 2012). De acordo com Horvath (2009), Lindsay demonstrou que, potenciais jurados, quando solicitados a avaliar vinte e cinco fatores que determinam a precisão da testemunha ocular, a duração do crime foi considerado o quarto mais importante³. Assim, quanto maior o período exposto ao estímulo, maior será o período de atenção que a testemunha lhe vai prestar e, consequentemente, maior será a capacidade de

³ Tradução nossa

recordar aquela informação, embora esta possa ser prejudicada por outros fatores como as condições físicas ou a distância o que, por si só, também influenciará a informação retida, seja em qualidade, seja em quantidade (Sousa, 2014). Destacamos neste caso as condições de visualização como o nível de iluminação que, de acordo com Pelli (1990), é um dos fatores que influencia a quantidade de informação que poderá refletir-se na precisão das propriedades do mundo externo. Para Sperling (1986), no limite, o curto período de visualização e os baixos níveis de iluminação reduzem a informação percebida, aumentando o grau de incerteza da informação retida. Assim, tempos de exposição mais longos e níveis de iluminação mais elevados melhoram consideravelmente a probabilidade de a testemunha ocular identificar o suspeito da prática do ilícito a que esteve exposta.

O fator tempo influi ainda o processo mnésico, quando está em causa o lapso temporal decorrido desde o evento até ao momento em que é recordada a informação, no caso, para proceder ao reconhecimento. Enquanto Shapiro & Penrod (1986) identificaram uma relação direta entre o tempo de exposição ao evento e a identificação correta do suspeito, no que diz respeito ao tempo decorrido entre o evento e a recuperação, essa relação é inversa, ou seja, quanto menor for esse lapso temporal maior é a fiabilidade do reconhecimento. Tratando-se de um espaço temporal alargado, fatores como o esquecimento (de que falaremos mais adiante), manifestar-se-ão, fazendo com que seja menor a probabilidade da testemunha proceder à identificação do suspeito durante o reconhecimento, reduzindo assim a sua fiabilidade.

Diretamente ligado ao lapso temporal, o esquecimento é também um fator com reflexos no processo mnésico, apesar de o seu efeito não se manifestar ao mesmo ritmo em todas as suas vertentes. Contrariamente ao que se verifica no esquecimento da informação temporal, cujo processo de perda é mais acelerado, a informação referente ao reconhecimento de pessoas, nomeadamente faces, persiste no tempo, embora este dependa do nível de utilização da memória ao longo do tempo. De acordo com a *The British Psychological Society* (2008), com o decurso do tempo, a memória tende a perder gradualmente a nitidez e a riqueza de detalhes, podendo chegar ao esquecimento total da lembrança.

2.4.7. Informação pós-evento

Ao longo do período de tempo que decorre entre o acontecimento (codificação da informação) e a sua evocação o processo de memória da testemunha fica exposto a informação pós evento que a poderá influenciar. Esta influência pode resultar do acréscimo de informação obtido em contacto com outras testemunhas ou através de outras fontes como a comunicação social.

Esta informação, muitas vezes falsa, mas como tem origem em fontes credíveis, pode levar a testemunha a integrá-la na sua memória como informação verdadeira, seja para substituição daquela que a testemunha reteve, seja para preencher lacunas da memória do acontecimento.

Segundo Pinto (2002), esta influência varia de acordo com a percepção de autoridade e confiança das fontes de informação. As sugestões destas fontes, tidas como credíveis, nomeadamente, os pais, os professores ou mesmo os meios de comunicação, intencionais ou não, podem influenciar a memória da testemunha e até levar à formação de uma identidade falsa do suspeito. A exposição a estas novas informações potencia o risco de perda de capacidade de recordar os acontecimentos, aumentando a probabilidade de as memórias mais antigas poderem prejudicar, assim, a informação sobre as verdadeiras características do suspeito. De acordo com vários estudos (Lindsay, 1994; Loftus *et al.*; 1989, Weingardt *et al.*, 1994), é suscetível que, no momento da recuperação, as testemunhas oculares expostas a informações pós-evento, venham a relatar essas informações como se fossem verdadeiras. A probabilidade da memória de uma testemunha ocular exposta a informações pós-evento ser alterada, é ainda maior, quando aquelas informações são introduzidas no processo mnésico pouco antes deste ser testado, sobretudo quando falamos de informação periférica (Horvath, 2009)⁴.

⁴ Tradução nossa

2.4.8. Efeito do álcool

Um estudo efetuado no Reino Unido pela *Crime and Society Foundation*⁵, em 2004, refere que, uma percentagem significativa das pessoas envolvidas nos crimes registados (suspeitos, vítimas e testemunhas), estão sob o efeito de álcool. (Horvath, 2009)⁶. Embora em Portugal não conheçamos qualquer estudo desta natureza, a verdade é que, sobretudo nos crimes ocorridos em espaços de diversão noturna ou nas suas imediações, (como por exemplo, os casos das ofensas à integridade física ou dos roubos), as vítimas e as testemunhas muitas vezes afirmam não serem capazes de descrever as características dos suspeitos, nem de efetuar o seu reconhecimento porque estavam sob o efeito de álcool no momento em que o crime ocorreu. Estes dados sugerem que, uma percentagem muito significativa das testemunhas daqueles acontecimentos está sob o efeito de álcool, embora se trate de dados muito pouco consolidados. Os problemas práticos e éticos associados a estudos desta natureza, em que os participantes sejam testemunhas oculares de eventos potencialmente stressantes e estejam sob o efeito de álcool, têm contribuído para a escassez deste tipo de pesquisas (Horvath, 2009)⁷. No entanto, há já alguns estudos como os de Parker *et al.* (1980), Read *et al.* (1990) e mais recentemente Dysart *et al.* (2002) que demonstraram que testemunhas oculares com altos níveis de álcool foram mais propensas a fazer identificações erradas do que aquelas que apresentavam baixos níveis de álcool no sangue.

Apesar das limitações das pesquisas existentes, Cutler e Penrod (1995) concluíram que, em testemunhas expostas a algum nível de intoxicação, a capacidade de perceção e de armazenamento deterioram-se, embora só novos estudos poderão determinar a que nível (Horvath, 2009)⁸

⁵ A *Crime and Society Foundation* é uma organização de políticas sociais e de justiça criminal, sediada no Centro de Estudos sobre Crime e Justiça do *King's College London*, no Reino Unido. Trata-se de uma organização não-governamental que estimula o debate sobre o papel e os limites da justiça criminal e fomenta a compreensão dos fundamentos e características de uma sociedade mais segura. (Disponível em www.crimeandsociety.org.uk)

⁶ Tradução nossa

⁷ Tradução nossa

⁸ Tradução nossa

Os estudos já realizados permitiram avanços significativos do conhecimento do processo mnésico e dos vários fatores que o influenciam, todavia há ainda um longo caminho a percorrer.

O modo como a testemunha entendeu o acontecimento, como o reteve na memória, a capacidade de o evocar e a forma como quer e pode expressá-lo são fatores essenciais para um reconhecimento assertivo (Reis, 2014). Concordamos com Mendes & Garrett (2007) quando afirmam que a “declaração ínsita ao reconhecimento que pode atribuir a paternidade de factos criminosos a alguém é produto de dois fatores, a percepção e a memória, sujeitos a diversas causas de erro”. No mesmo sentido, Seixá afirma que “a fiabilidade do reconhecimento depende das condições específicas em que a percepção originária ocorre, designadamente da luminosidade, tempo de duração da observação, proximidade em relação ao objeto da percepção, o número de pessoas presentes no meio ambiente da observação, etc.” (2003, p. 1415), além claro de todos os fatores intrínsecos ao observador/reconhecedor.

As deficiências na identificação por parte de testemunhas oculares, têm implicações profundas no sistema de Direito e Justiça. A forma de ultrapassar essas deficiências está dependente do conhecimento do processo perceptivo e memória humana e da aplicação desse conhecimento às técnicas utilizadas durante os processos de reconhecimento. Estes processos despertaram, há muito, a curiosidade científica e, nas últimas décadas, foram objeto de uma explosão de pesquisas que permitiram o melhor conhecimento deste processo, mas sobretudo os fatores que potenciam as suas falhas.

No que se refere aos reconhecimentos por parte de testemunhas oculares, estes estudos têm permitido perceber a influência de determinados fatores no resultado desse processo, como condições ambientais e comportamentais específicas (por exemplo, nível de iluminação, tempo de exposição ao acontecimento, etc.), mas também a presença de uma arma, as experiências anteriores, a emoção e o stresse na capacidade de percepção das características do rosto do suspeito e na sua retenção na memória.

A memória, geralmente, está longe de ser um registo fiel do que foi percebido através da visão: o seu conteúdo pode ser esquecido ou contaminado nas várias fases que a compõem, pelos mecanismos utilizados para provocar a recuperação e, ainda, pelos estados emocionais associados aos eventos testemunhados e às suas recordações. Com efeito, a fiabilidade e a pertinência do reconhecimento são determinadas não só por variáveis relativas ao sistema, sobre controlo das entidades judiciais ou policiais, como outras variáveis que não sendo controláveis por essas entidades, como as características do identificando e as condições do ambiente do evento, que não podem ser manipulados ou conformadas pelos agentes do Estado e que foram designadas pelo Supremo Tribunal do Oregon no *ac. State v. Lawson*, 291, *System variables* e *Estimator variables*, respetivamente (Mesquita, 2018).

Estamos cientes que muito mais havia a escrever sobre estes e outros fatores que, de alguma forma, influenciam o reconhecimento e a credibilidade daquele que é, muitas vezes, o único meio de prova disponível ou, mesmo existindo outros, o mais valorado.

É comumente aceite que o processo cognitivo é brilhante e complexo mas, ao mesmo tempo, limitado e influenciado por fatores intrínsecos e extrínsecos como os acima descritos, refletindo-se essa influência no resultado do reconhecimento (Wells *et al.*, 2006).

CAPÍTULO III – O reconhecimento fotográfico e o resultado do reconhecimento pessoal

3.1. O reconhecimento fotográfico como parte integrante do reconhecimento presencial na fase de inquérito.

Ao longo deste capítulo dedicar-nos-emos ao reconhecimento de pessoas através de fotografia, consagrado no n.º 5 do artigo sob estudo.

Antes de nos debruçarmos sobre a relação entre o reconhecimento por fotografia, filme ou gravação e o resultado do reconhecimento presencial, um dos principais objetivos do nosso trabalho, não podemos deixar de fazer uma breve referência à origem das fotografias utilizadas na realização destes reconhecimentos.

Segundo Mendes & Garrett (2007), a recolha de resenhas fotográficas de pessoas, utilizadas nos reconhecimentos fotográficos, é feita em completo desrespeito pelo direito de personalidade, associando-a ao regime do art.º 250.º do CPP. Discordamos desta posição, desde logo por considerarmos que as fotografias recolhidas no âmbito daquele preceito (n.º 6) se destinam apenas e só à cabal identificação de um suspeito, depois de esgotados todas as várias possibilidades previstas pelo art.º 250.º do CPP. Esgotando-se a sua utilidade nesses termos, contrariando a ideia defendida por aqueles autores, as fotografias obtidas no âmbito do art.º 250.º, caso não se confirme a suspeita, podem e devem ser destruídas, como decorre do n.º 7 do mesmo artigo. Por outro lado, o regime da identificação enquadra-se no âmbito das medidas cautelares, e de polícia, e está sujeito a regras muito precisas e restritivas nas quais o legislador procurou uma atuação equilibrada, justa e proporcional, ou seja, quis consagrar a observância das regras gerais de polícia em equilíbrio com o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, conforme decorre do art.º 272, n.º 3 da CRP. Pelo descrito, acompanhamos Dias (1981) quando refere que “ao interesse comunitário na prevenção e repressão da criminalidade tenha de pôr-se limites inultrapassáveis quando aquele interesse ponha em jogo a dignidade humana; inultrapassáveis, mas só depois de cuidadosa ponderação da situação, quando conflitue com o legítimo interesse das pessoas em não serem afectadas na esfera das suas liberdades pessoais para além do que seja absolutamente indispensável à consecução do interesse comunitário”. Assim sendo, a obtenção das fotografias nos termos do art.º 250.º destina-se apenas a garantir o ato da identificação não podendo ser utilizadas para outro fim. Assim sendo, importa esclarecer a origem das fotografias utilizadas nos reconhecimentos por fotografia. Para o efeito, valemo-nos dos mais de 14 anos da experiência na área da investigação criminal, na qualidade de OPC com atuação na área de responsabilidade do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP.

Durante muito tempo, esta matéria foi marcada pela ausência de um regime próprio. Tanto a resenha dactiloscópica, como o cliché fotográfico eram obtidos através da norma referente aos deveres do arguido, mais concretamente o art.º 61.º, n.º 6, al. d) do CPP que faz recair sobre aquele “o dever de se sujeitar a

diligências de prova (...) especificadas na lei e ordenadas e efetuadas por entidade competente”, ponderadas as necessidades de prova.

Esta solução nem sempre foi pacífica, na medida em que muitos foram aqueles que se opuseram a esta corrente, socorrendo-se do direito do arguido não contribuir para a sua autoincriminação. Entendemos o argumento, porém acompanhamos a fundamentação do ac. do TRG, de 06-03-2006 quando refere que os direitos fundamentais não são um compartimento isolado dentro da Constituição, sujeitos às mesmas regras dos restantes domínios constitucionais, afastando qualquer visão irrestrita e sem quaisquer limitações do direito à não autoincriminação e do direito ao silêncio, pelo que, apesar do seu “fundamento imediato nas garantias processuais que a CRP impõe (art.º 32.º) e na exigência constitucional de um processo penal equitativo (art.º 20.º, n.º 4) ” capaz de salvaguardar as garantias de defesa “não impede que tais direitos possam ser legalmente restringidos no âmbito do ordenamento jurídico português”.

Não obstante este recurso, a recolha de fotografias era ainda limitada pela necessidade da constituição como arguido e da fundamentação do interesse para a investigação, regras estas em vigor no Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, através da Diretiva 3/2007.

Mas, se até há pouco tempo imperavam estas regras que podiam dar margem para dúvidas, com a entrada em vigor da Lei n.º 67/2017 de 9 de agosto, a recolha de fotografias para este fim ficou devidamente regulamentada, apesar de, quanto a nós, prever um regime demasiado restritivo e limitador tendo em conta as suas finalidades. De facto, este normativo legal, veio regular o regime da identificação judiciária, composta pelas resenhas lofoscópica e fotográfica, consagrando conceitos como identificação judiciária (art. 2.º, al. f)), fotografia técnico policial de identificação (art. 2.º, al. e)) bem como as condições em que um indivíduo pode ser sujeito a identificação judiciária (art. 3.º), constituindo-se assim como um garante da legalidade de obtenção das fotografias a utilizar no reconhecimento. Embora a maioria das fotografias ao dispor dos OPC tenham sido recolhidas a montante da entrada em vigor desta lei, cremos que a sua

legitimidade está salvaguardada pelas normas acima referidas o que permite à partida, afastar os receios, muitas vezes enunciados, quanto à sua legalidade.

Por outro lado, embora entendamos as restrições associadas à recolha de fotografias por parte das forças de segurança, questionamo-nos, cada vez mais, quanto ao limite destas restrições, numa altura em que, cada um de nós, aliena, permanentemente, o seu direito à imagem, expondo a sua vida e, consequentemente, a sua imagem nas redes sociais. Questiona-se, assim, até que ponto não será legítima a utilização das fotografias ao dispor dos OPC, por via da sua atividade diária, mas também através do recurso àquelas que estão disponíveis nas redes sociais, utilizando-as nos reconhecimentos fotográficos. A própria jurisprudência, quanto a nós, abre essa porta ao considerar que é “legalmente admissível a obtenção de fotografias ou filmagens, mesmo sem consentimento do visado, sempre que para isso exista justa causa, designadamente quando enquadrados em lugares públicos, visem a realização de interesses públicos ou hajam ocorrido publicamente”, cf. ac. do TRP de 23-11-2011.

3.2. O reconhecimento fotográfico

Desde a reforma de 2007, introduzida pela Lei n.º 48/2007 de 29 de agosto, que o art.º 147.º, n.º 5 do CPP prevê o reconhecimento mediante fotografias, sujeitando-o a validação posterior através de reconhecimento presencial para poder ser considerado como meio de prova. Aquela norma define o reconhecimento através de fotografia, filme ou gravação como uma diligência realizada no âmbito da investigação criminal, um passo prévio ao reconhecimento presencial, desprovido de valor probatório, alimentando por isso a dúvida se tem ou não que sujeitar-se aos requisitos previstos no regime do reconhecimento presencial. Como decorre do n.º 7 do próprio normativo, apenas valem como meio de prova os reconhecimentos realizados de acordo com as normas ali referidas. Partindo então dos pressupostos de que, o reconhecimento fotográfico nunca pode ser valorado enquanto meio de prova (tal como referido) e não é um reconhecimento propriamente dito, mas apenas uma mera técnica no âmbito da investigação criminal, então este tipo de reconhecimento não estaria sujeito às regras aplicadas à realização de um

reconhecimento presencial, esse sim, dotado de valor probatório. Esta mesma convicção é alicerçada nas dúvidas levantadas por Sousa, que refere que, “o essencial é que o legislador se aperceba de que, ao não estabelecer regras claras para a execução e documentação de qualquer ato de reconhecimento físico, foto, áudio ou videográfico em sede de inquérito – na sua quase totalidade realizados pelas forças policiais, geralmente com ausência de defensor e nunca devidamente documentados – está a manter na sombra uma quantidade apreciável de atos de produção de prova (ou que a estes podem influenciar negativamente), relevantíssimos quer para o curso do inquérito, quer para a audiência de julgamento (...)” (2007, p. 155). Mesquita acompanha esta posição afirmando mesmo que o legislador deixou uma “margem relativamente ampla para regular este reconhecimento”. Esta amplitude é de tal ordem que o mesmo autor afirma que este reconhecimento “pode ser uma modalidade de experiência processual de confronto visual, um subtipo de prova por reconhecimento, um ato de investigação (que eventualmente pode preceder o reconhecimento em sentido próprio, a prova testemunhal ou a produção de outros meios de prova ou impulso de obtenção de prova)” (2015, p. 336).

Embora a última alteração do regime do CPP no que diz respeito ao reconhecimento já tenha decorrido há tempo suficiente para uma avaliação mais precisa, a verdade é que nem o legislador, nem a doutrina, nem mesmo a própria jurisprudência foram capazes de definir claramente em que consiste esta técnica, o “reconhecimento” fotográfico, nem de definir as regras que se lhe aplicam. São, por isso, muitas as dúvidas que se levantam quanto à forma de realização e de documentação deste ato que o legislador limitou à investigação criminal, alimentando a liberdade policial de constante procura de prova e cujas consequências para a conclusão do inquérito são desconhecidas.

Tentaremos clarificar em que medida a realização deste reconhecimento está sujeita e vinculada às regras impostas pelo art.º 147.º do CPP ao reconhecimento presencial, ou seja, obedecendo ao formalismo estabelecido naquele preceito legal. Se em relação ao reconhecimento presencial, o n.º 7 do art.º 147.º do CPP afasta qualquer dúvida, invalidando qualquer valor probatório do reconhecimento presencial que não seja feito de acordo com as regras ali definidas (meio de prova típico), independentemente da fase do

processo, quanto ao reconhecimento fotográfico, a dúvida persiste. Se o art.º147.º, n.º 5 do CPP define o reconhecimento fotográfico como um passo prévio ao reconhecimento presencial ou físico, integrante da investigação criminal e desprovido de autonomia enquanto meio de prova, então a sua realização não estará vinculada aos requisitos formais do regime geral do reconhecimento físico (Ferreira, 2014). Em sentido oposto, estando este reconhecimento com recurso a fotografia, filme ou gravação inserido no mesmo normativo que o reconhecimento presencial, parece-nos exigível o cumprimento dos mesmos formalismos do reconhecimento presencial. Acompanhando as opiniões de Silva, (2008, p.213) e Mendes & Garrett, (2007, p. 54), que defendem que o reconhecimento fotográfico está sujeito às mesmas regras que o reconhecimento presencial, pois só assim se consegue assegurar o formalismo necessário e evitar que não se influenciou o resultado do reconhecimento propriamente dito, embora quanto a nós o facto de se cumprirem os formalismos não impede essa influência, como tentaremos demonstrar oportunamente (Subcapítulo 3.3).

A este propósito, o TRE através do ac. de 12-12-2006, referindo-se aos reconhecimentos fotográficos, assume que tal procedimento tem de ser justo e equitativo, devendo afastar qualquer dúvida como as ali descritas e que aqui reproduzimos: “(...) quantas declarações, depoimentos e reconhecimentos estiveram e estarão influenciados por, “reconhecimentos clandestinos”, os tais que, não tendo dignidade de, “meio de prova”, têm no entanto a potencialidade de inquinar todo o processo de recolha de prova?”. Assim, a única forma de assegurar todas as garantias do processo penal é através da realização do reconhecimento fotográfico, cumprindo todos os formalismos estabelecidos no art.º 147.º do CPP. De acordo com o ac. do TRL de 28-09-2017, “a prova por reconhecimento é, como se sabe, um meio de prova especialmente problemático e falível quando não sejam tomadas as devidas precauções. “ (...) o reconhecimento é, como se sabe, um meio de prova especialmente problemático e falível quando não sejam tomadas as devidas precauções”, pelo que a sua “força probatória (...) não pode deixar de considerar-se fortemente condicionada pelos termos, mais ou menos rigorosos, em que decorra e das

circunstâncias que a precederam, mesmo que não se questione a sua validade em termos formais.”

3.3. A influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento presencial

Percorridos os formalismos a que deve estar sujeita uma diligência desta natureza, o próprio normativo remete-nos para outro caminho. Se, por um lado, refere que os reconhecimentos que não obedecerem às regras definidas no CPP não valem como prova (art.º 147.º, n.º7 do CPP), sujeitando qualquer que seja a forma de reconhecimento ao princípio da tipicidade, por outro, atribui ao reconhecimento fotográfico uma “aparente autonomia” o que, tendo em conta a possibilidade deste reconhecimento influenciar o resultado do reconhecimento presencial, nos levanta desde logo duas questões que integram os objetivos do nosso trabalho e que exigem reflexão:

- Qual o valor probatório deste reconhecimento no âmbito do inquérito?
- Qual a influência da sua realização no resultado do reconhecimento presencial?

Estas questões estão intimamente ligadas e as respostas de ambas constituem um elemento essencial e de base do caminho que pretendemos trilhar para este instituto enquanto meio de prova, muitas vezes sobre-valorado durante o inquérito.

No que diz respeito à primeira questão, e como já referimos nos dois subcapítulos anteriores, grande parte da doutrina e jurisprudência olham para este reconhecimento como uma mera técnica de investigação. Mendes & Garrett (2007) categorizam-no como um reconhecimento “atípico”, defendendo mesmo a sua proibição e o dever de o evitar, salvaguardando apenas um chamado “estado de necessidade investigatório”, ou seja, situações em que a realização do reconhecimento presencial fosse impossível ou manifestamente de difícil realização, admitindo nestes casos o recurso a esta técnica. Ainda segundo os mesmos autores, realizando-se este tipo de reconhecimento, a sua validade dependeria do cumprimento integral dos requisitos formais e

substanciais do art.º 147.º e 149.º, mas também da licitude de todas as fotografias exibidas durante a sua realização (Mendes & Garrett, 2007, p. 47). Apesar deste entendimento, a ausência de referência às formalidades deste tipo de reconhecimento no n.º 5 do art.º 147 do CPP leva a que este fique num limbo, deixando aos OPC “um convite claro para que tenham a tendência de “garantir” durante o “reconhecimento prévio” que o declarante ou testemunha “acerte” no “reconhecimento físico””, como refere Sousa (2007).

Concordamos com Seíça (2003) quando defende que os meios de prova previstos pelo legislador constituem as formas probatórias que a sedimentação histórica consagrou como as mais adequadas para a aquisição da prova, consagrando por um lado, as regras aplicadas àqueles meios de prova e, por outro, os limites da sua validade, apesar de se questionar se o procedimento minuciosamente estruturado pelo legislador é vinculativo ou se se trata de meras sugestões. Embora sejam admissíveis formas probatórias, desde que não sejam proibidas, “estas estarão sempre sujeitas a parâmetros de validade ainda mais apertados do que os aplicáveis às provas tipificadas” (2003, p. 1409). Ora, aceitando que também o reconhecimento por fotografia está sujeito às mesmas regras e requisitos que o reconhecimento físico a que se refere o art.º 147.º do CPP, estaria desde logo assegurada a sua validade enquanto prova. Se, pelo contrário, seguirmos o caminho de que se trata de um reconhecimento que não está sujeito aos requisitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 147.º, teremos que enquadrá-lo através de uma das seguintes possibilidades: (1) como meio de prova atípico, pelo que o seu valor enquanto prova, como refere Seíça está dependente de “um juízo sobre a sua admissibilidade”, de um “*modo processualmente válido da sua realização*”, mas também do facto de poder ser sujeito ao “princípio do contraditório” (2003, p. 1410) ou; (2) como mero impulso de obtenção de prova (Mesquita, 2018) ou como prova testemunhal, não se enquadrando sistematicamente nas normas que regem a prova por reconhecimento nem lhe ser aplicado o princípio da transmissibilidade que caracteriza aquela prova, sujeitando-se ao contraditório na fase de julgamento.

Importa ainda assegurar a realização de um reconhecimento que não “(...) se bastará pela verificação da existência de um auto de reconhecimento que

cumpra os requisitos formais, (...)” em que o que chega ao juiz de julgamento não é “(...) apenas um auto que afirma que o arguido foi (ou não) identificado pelo ofendido ou testemunha. Nada mais!” (Sousa, 2007)

Por outro lado, a recolha da prova por reconhecimento assenta sobretudo nas fases preliminares do processo, ou seja, durante o inquérito ou instrução, pelo que importa “assegurar desde logo a sua correção formal como também as garantias processuais em ordem ao seu aproveitamento em audiência”, dado que o “ato recognitivo psicologicamente autentica ocorre uma única vez” e é nesta fase que a sua validade enquanto prova deve ser apreciada ficando reservado para a audiência de julgamento o contraditório, embora baseado na leitura do auto correspondente ao reconhecimento, realizado nas fases anteriores (Seiça, 2003).

Suscita-se-nos agora uma outra análise que exige reflexão: de que forma a realização de um reconhecimento no âmbito do n.º 5 do art.º 147.º do CPP influencia o resultado do reconhecimento presencial.

Referem Mendes & Garrett que “é apodíctico que a força probatória das provas posteriormente produzidas não poderá deixar de considerar-se (fortemente) condicionada pelas circunstâncias – e pela forma – em que tenha decorrido a identificação fotográfica” (2007, p. 55). Além disso, avaliado de outra forma, leva-nos por um caminho tortuoso, tendo em conta a ideia base da irrepetibilidade do reconhecimento, independentemente da forma como é produzido. Assim sendo, uma vez realizado o reconhecimento fotográfico, mesmo que respeitando todas as regras aplicadas ao reconhecimento presencial, a capacidade de memória da pessoa que vai realizar este segundo reconhecimento estará, naturalmente, afetada. É unanimemente reconhecido que a repetição do ato de reconhecimento afetará, em maior ou menor grau, o resultado do segundo ato de reconhecimento (Sousa, 2007), uma vez que nada garante que a pessoa, durante o reconhecimento presencial, inadvertidamente, não esteja à procura da pessoa que viu e indicou como sendo o suspeito no reconhecimento fotográfico em vez do verdadeiro suspeito, ou seja, o que praticou o ilícito, o que resultaria numa clara adulteração do resultado (Memon, Hope, Bartlett & Bull, 2002). Sousa (2003) é perentório ao defender que, a

validade como prova do reconhecimento fotográfico estar dependente da realização de um reconhecimento presencial, assume valor claramente nefasto, na medida em que a realização daquele poderá inquinar todos os reconhecimentos posteriores levantando a questão de poderem estar influenciados pelas exposições prévias.

Ainda neste mesmo sentido, Mendes & Garrett defendem “que a repetição de um reconhecimento põe em causa a possibilidade de controlar se o retrato mnemónico retido na memória do identificador diz respeito ao participante no crime ou ao participante no reconhecimento falhado, ainda que fotográfico” (2007, p. 55), pelo que, qualquer reconhecimento deve considerar-se irrepitível, sem prejuízo de se obter a mesma prova, ainda que por caminho diferente. No mesmo sentido, o Acórdão do TC 199/2004 que refere que se trata de um ato tendencialmente irrepitível, apesar de não estar, juridicamente, proibida a sua repetição no caso de o primeiro estar inquinado por algum vício, porém, o seu resultado será sempre tendencioso e falível dada a singularidade do processo recognitivo.

Parece-nos manifestamente irrelevante a repetição de uma diligência, ainda que com um formato diferente, quando já sabemos que o resultado será aquele que foi alcançado na primeira diligência. Acompanhamos Mendes & Garrett quando assumem que “padecendo o primeiro reconhecimento do vício de inexistência, em virtude de o ato carecer de elementos essenciais à sua própria substância, um posterior reconhecimento padecerá do mesmo vício, desta feita ampliado, porque o identificador já olhou atentamente para o identificado na anterior diligência, mal que se agrava num terceiro reconhecimento e assim sucessivamente até ao infinito” (2007, p. 45). Assim, “atendendo às necessidades de garantir o mais possível a credibilidade deste meio de prova, esta diligência deve ser considerada irrepitível” (2007, p. 39). Na verdade, realizado o reconhecimento fotográfico, é inútil qualquer reconhecimento posterior, porque a testemunha “limita-se a confrontar a fotografia com o reconhecendo e não com a imagem fixada da pessoa percecionada no momento do crime” (Altavilla, 2007, p.400). Refere Altavilla que, segundo Gorphe, “quando a recordação da pessoa é tão fluida que a impressão afetiva global não está fixada numa imagem clara e precisa, esta recordação corre o

risco de fixar-se numa imagem fornecida por uma fotografia que parecia referir-se a ela, mas que não corresponde ao indivíduo em causa. Uma vez fixada, por assim dizer, cristalizada, dará à testemunha a precisão e a estabilidade mnésica que ela procurava, e quando depois da fotografia, lhe for mostrada a própria pessoa, compará-la-á mais com a fotografia do que com a sua verdadeira recordação” (2003, p. 400).

Importa pois perceber, qual o alcance do pensamento do legislador quando exige a repetição do reconhecimento (fotográfico) ainda que sob a forma de reconhecimento presencial, quando, quer a doutrina, quer a jurisprudência consideram que “o reconhecimento feito numa das fases preliminares constitui prova válida, porque irrepetível, nas fases posteriores” (ac. do STJ de 01-2-1996). Refira-se que esta tendência assenta nos vários estudos realizados, alguns dos quais referidos ao longo deste trabalho e que, assumem a influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento presencial. Aliás, na sequência da aprovação das alterações ao CPP em 2007, Sousa (2007) já antevia que a exigência de um reconhecimento físico na sequência de um reconhecimento prévio iria alargar a controvérsia da “irrepetibilidade” dos reconhecimentos. Por isso, discute-se ainda hoje em que medida a realização prévia de um reconhecimento fotográfico influencia o resultado do reconhecimento presencial, algo que nos propomos a expor no ponto seguinte, recorrendo, inclusive ao estudo dos reconhecimentos (fotográficos e presenciais) efetuados no âmbito das investigações aos crimes de roubo na via pública ocorridos na área da comarca de Lisboa durante os anos de 2016 e 2017.

3.3.1. Estudo exploratório

Há um número considerável de evidências (Haw *et al.*, 2007; Hinz & Pezdek, 2001; Pezdek & Blandon-Gitlin, 2005) que apontam que o uso de procedimentos de identificação múltipla tem um efeito prejudicial no desempenho das testemunhas oculares, demonstrando desta forma que sistemas redundantes não são eficazes (Horvath, 2009, p. 105)⁹.

⁹ Tradução nossa

No sentido de percebermos esta influência, realizamos um estudo com base nos reconhecimentos realizados ao longo de 2016 e 2017. Trata-se de um estudo exploratório, com grandes limitações, devido sobretudo, aos seguintes fatores:

- A limitação da amostra, tendo em conta que apenas foi possível aceder aos dados de 2016 e 2017, pois antes disso não havia qualquer registo dos reconhecimentos fotográficos na PSP, sendo a maioria destes reconhecimentos efetuados pela PJ, independentemente da competência para investigar o crime em causa;
- A aplicação utilizada pela PSP, para a realização dos reconhecimentos fotográficos, foi implementada apenas na cidade de Lisboa e no final de 2015. Exemplificativo disso é o facto de, apesar de existir a possibilidade de o reconhecimento fotográfico ser efetuado na PSP, muitas das testemunhas eram ainda notificadas para fazê-lo na PJ (44 do total de 176 reconhecimentos fotográficos realizados);
- Escassez de fotografias existentes, uma vez que só a partir de 2015 é que a PSP passou a carregar as fotografias dos arguidos na aplicação de que dispõe para realização dos reconhecimentos fotográficos, e;
- Falta de conhecimento da existência desta nova ferramenta por parte dos polícias.

Pertinência do estudo

O presente estudo tem como ponto de partida compreender de que forma o reconhecimento fotográfico realizado no âmbito de uma investigação influencia o resultado do reconhecimento presencial efetuado para que este possa ser validado enquanto meio de prova no âmbito do inquérito.

Pretendeu-se averiguar num cenário real, com personagens reais (vítimas, arguidos e testemunhas) de que forma esta influência se manifesta.

Amostra

A amostra do presente estudo foi constituída pelos processos-crime correspondentes aos crimes de roubo, exceto o denominado “esticação”, praticados na área do município de Lisboa e registados nos anos 2016 e 2017 e cuja investigação foi delegada pelo MP à Divisão de Investigação Criminal (DIC) do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, excluindo-se por isso os crimes de roubo praticados com recurso a arma de fogo, cuja competência para a investigação pertence à PJ. Foram recolhidos os resultados dos reconhecimentos fotográficos e consequentes reconhecimentos presenciais realizados pelos polícias no âmbito das suas competências. De acordo com os próprios dados, da PSP e em função dos requisitos acima referidos, foram registados 1581 roubos no ano de 2016 e 702 em 2017.

Metodologia

Definida a amostra de acordo com o descrito acima, fez-se o levantamento dos processos em que foi efetuado o reconhecimento fotográfico. Destes, selecionaram-se aqueles cujo resultado do reconhecimento fotográfico foi positivo, ou seja, em que houve a identificação de um suspeito por parte da testemunha. Foram selecionados os processos em cuja testemunha que procedeu ao reconhecimento foi a vítima do crime.

Identificado o suspeito por parte da testemunha, fez-se o levantamento dos processos em que o resultado do reconhecimento presencial a que aquele suspeito foi submetido foi positivo, ou seja, em que esse mesmo suspeito foi também identificado pela mesma testemunha.

No sentido de aferirmos a influência da luz e da presença de uma arma no resultado do reconhecimento fotográfico e consequentemente no reconhecimento presencial, autonomizámos a relação entre os crimes praticados com recurso a arma branca e aqueles que se realizaram no período noturno e no período diurno. Para este efeito, de acordo com a hora da prática do ilícito, definimos dois períodos horários que entendemos como os mais adequados, tendo em conta a diferença de luminosidade no período de inverno e no período de verão. Foi definido um período temporal diurno que designamos por (A), que compreende o período entre as 08H00 e as 17H00, e

um outro designado por período (B), que compreende o lapso temporal entre as 17H01 e as 07H59 do dia seguinte.

Análise de dados

Partindo da amostra selecionada, verificámos que, de acordo com os requisitos definidos, ou seja, crimes de roubo na via pública exceto “estição”, em 2016 foram registados pela PSP 711, roubos, enquanto em 2017 foram registados 702 o que demonstra alguma estabilidade no número de crimes denunciados.

Analizados os dados, verificou-se em cada um dos processos-crime, aqueles onde tinham sido realizados reconhecimentos fotográficos e reconhecimentos presenciais, dados esses constantes das tabelas I a VI.

2016			
Reconhecimentos realizados período A			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
59	6	6	4

Tabela I – Reconhecimentos realizados na sequência de roubos ocorridos no período entre as 08H e as 17H (período A).

Verificada a tabela I, correspondente ao período A em que foram registados 193 crimes, constatámos que apenas se realizaram reconhecimentos fotográficos em 59 desses processos, o que corresponde a pouco mais de 30% do total de processos registados. Estes, resultaram apenas seis reconhecimentos com resultado positivo, ou seja, em que a testemunha identificou um suspeito como sendo o autor do ilícito. De entre estes suspeitos, submetidos ao reconhecimento presencial nos respetivos processos, quatro deles foram confirmados como tendo sido os autores do crime nesses quatro processos, ou seja, apesar de nos referirmos a números baixos, a verdade é que em quase 70% dos processos, no reconhecimento presencial foi confirmado o suspeito reconhecido fotograficamente.

2016			
Reconhecimentos realizados período B			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
117	11	9	9

Tabela II – Reconhecimentos realizados na sequência de roubos ocorridos no período entre as 17H01 e as 07H59 (período B).

A tabela II refere-se aos reconhecimentos realizados nos 514 processos-crime correspondentes ao mesmo número de roubos registados. Verificada a tabela, constata-se que foram realizados 117 reconhecimentos fotográficos no mesmo número de processos-crime, nos quais em apenas onze foi identificado um suspeito como tendo sido o autor do roubo. Embora tenham sido identificados onze suspeitos, apenas nove foram sujeitos a reconhecimento presencial (desconhece-se a razão para tal). Nos nove reconhecimentos presenciais, em todos os suspeitos foram identificados como sendo os autores dos crimes em causa.

Analisando os dados constantes das duas tabelas (I e II), constata-se desde logo dois aspetos importantes. O primeiro, embora estejamos a referir-nos a períodos do dia diferentes (diurno e noturno), a percentagem de reconhecimentos fotográficos efetuados é próxima, 31% e 23%, respetivamente. Apesar de serem dados cujos fundamentos podem ser discutíveis, certo é que aparentemente a luminosidade não terá grande influência no número de testemunhas que afirmam serem capazes de reconhecer o autor do ilícito. Outra constatação importante é a elevada percentagem de reconhecimentos presenciais positivos, ou seja, em que o suspeito identificado no reconhecimento fotográfico também o foi no reconhecimento presencial. Os dados da tabela I representam 66,7 % dos casos, enquanto os dados da tabela II representam 100%.

2016			
Reconhecimentos realizados período A (roubos cometidos com arma branca)			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
23	0	0	0

Tabela III – reconhecimentos realizados no âmbito de processos-crime, no período entre As 08H e as 17H (período A) pelo crime de roubo com utilização de arma branca.

A tabela III reflete o total de reconhecimentos realizados no ano de 2016, nos crimes registados no mesmo ano e no período diurno (período A), que corresponde a 46 processos-crime. Nestes, foram realizados reconhecimentos

fotográficos em 23, precisamente 50% dos crimes registrados, verificando-se que em nenhum deles se conseguiu identificar o autor do roubo.

2016			
Reconhecimentos realizados período B (roubos cometidos com arma branca)			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
26	1	1	1

Tabela IV - reconhecimentos realizados no âmbito de processos-crime, no período entre 17H01 e as 07H59 (período B) pelo crime de roubo com utilização de arma branca.

Verificado o período B, constatou-se que foram registrados 78 roubos em que o suspeito recorreu a arma branca. Nestes, apenas em 26 deles foram realizados reconhecimentos fotográficos, embora somente seja identificado o suspeito num deles, o qual, quando submetido ao reconhecimento presencial, e foi, igualmente, identificado. Estes valores correspondem apenas a 33,3% do total dos roubos registrados.

Verificados os dados das duas tabelas (III e IV), constata-se de imediato que, a percentagem de ocorrências em que a testemunha afirma ser capaz de identificar o suspeito é menor no período noturno, além de que, em apenas um deles foi possível chegar à identificação do suspeito.

Estes resultados parecem confirmar as conclusões de outros estudos que referem que quando há o envolvimento de uma arma, a testemunha tem menos probabilidade de reconhecer o suspeito, uma vez que a sua atenção se fixa na arma, consequência da sua preocupação com a autoproteção, descurando a atenção prestada às características dos suspeitos.

2017			
Reconhecimentos realizados período A			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
69	11	11	11

Tabela V – Reconhecimentos realizados na sequência de roubos ocorridos no período das as 08H e as 17H (período A).

No período (A) registaram-se 188 roubos enquadrados na amostra definida. Na sequência dos roubos, foram efetuados 69 reconhecimentos fotográficos, dos quais onze permitiram identificar o suspeito da autoria do crime. No seguimento

desta identificação, estes suspeitos foram sujeitos ao reconhecimento presencial e, em todos os casos, esses mesmos suspeitos foram de novo reconhecidos. Verificou-se ainda que, em apenas 36,7% dos roubos registrados, houve reconhecimento fotográfico e destes apenas em 15,9% é que o resultado foi positivo, ou seja, permitiu identificar um suspeito da autoria do ilícito. Porém, da análise da mesma tabela V pode extrair-se um outro aspeto muito pertinente e cujo resultado vai ao encontro do resultado dos vários estudos entretanto desenvolvidos. Dos onze suspeitos identificados no reconhecimento fotográfico, quando submetidos ao reconhecimento presencial, todos foram confirmados como tratando-se do autor do ilícito.

2017			
Reconhecimentos realizados período B			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
86	14	6	4

Tabela VI – Reconhecimentos realizados na sequência de roubos ocorridos no período entre as 17H01 e as 07H59 (período B).

No período a que se refere a tabela VI, ou seja, entre as 17H01 e as 07H59, a PSP registou 488 roubos, na sequência dos quais foram efetuados 86 reconhecimentos. Nestes, a testemunha identificou um suspeito como sendo o autor dos roubos em 14 processos. Na sequência destes 14 reconhecimentos com resultado positivo, foram efetuados apenas 6 reconhecimentos presenciais, sendo que em apenas 4 foi o mesmo suspeito indicado como sendo o autor de cada um dos roubos. Em apenas em 17,6% das situações a testemunha afirmou ser capaz de reconhecer o suspeito, tendo, por isso, sido realizado o reconhecimento fotográfico. Não obstante, apenas em 16,3% dos reconhecimentos foi identificado o presumível autor do roubo. Porém, quando sujeito ao reconhecimento presencial, após o reconhecimento fotográfico, mais uma vez a percentagem de reconhecimentos em que o mesmo suspeito é identificado é de aproximadamente 67%.

2017			
Reconhecimentos realizados período A (roubos cometidos com arma branca)			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
26	3	3	3

Tabela VII – reconhecimentos realizados no âmbito de processos-crime, no período entre as 08H e as 17H (período A) pelo crime de roubo com utilização de arma branca.

No período a que se refere a tabela VII a PSP registou 43 roubos enquadráveis na amostra. Destes, em 26 dos processos foi realizado o reconhecimento fotográfico, tendo apenas sido identificado o suposto autor do ilícito em 3 desses processos. Estes suspeitos, submetidos ao reconhecimento presencial, foram de novo identificados como sendo os suspeitos da autoria dos roubos. Apesar de os estudos apontarem para que nas situações em que está envolvida uma arma haver menos probabilidade de o suspeito ser identificado, a verdade é que em 60% dos roubos registados realizaram-se reconhecimentos fotográficos, ou seja, a testemunha afirmou ser capaz de identificar o suspeito. No entanto, o número de identificações positivas, ou seja, em que se identificou o suspeito, foi muito baixo, apenas em 11,5% de os reconhecimentos fotográficos realizados. Destacamos, no entanto, o facto de, em todos os reconhecimentos presenciais realizados na sequência dos reconhecimentos fotográficos, o suspeito ter sido confirmado como o autor do roubo. No entanto, quando submetido ao reconhecimento presencial, foi sempre identificado o mesmo suspeito identificado no reconhecimento fotográfico, no caso, em 100%.

2017			
Reconhecimentos realizados período B (roubos cometidos com arma branca)			
Rec. Fotográfico	Rec. Fotográfico positivo	Rec. Presencial	Rec. Presencial positivo
19	5	1	1

Tabela VIII - reconhecimentos realizados no âmbito de processos-crime, no período entre as 17H01 e as 07H59 (período B) pelo crime de roubo com utilização de arma branca.

Dos 78 roubos registados no período em referência, de acordo com a tabela VIII, apenas em 19 deles foi realizado o reconhecimento fotográfico o que corresponde a 24,4% do total, tendo em cinco deles, sido identificado um suspeito como sendo o autor do ilícito, ou seja, em 26% dos roubos registados. Na sequência destes, foi empreendido um reconhecimento presencial com o suspeito o qual foi confirmado como sendo o suspeito da prática do crime.

Conclusões do estudo

Como escrevemos no início deste capítulo, e embora tenhamos recolhido outros dados como o género e a idade das testemunhas, não nos foi possível trabalhar esses dados tendo em conta o escasso número de processos em causa, pelo que qualquer conclusão seria sempre muito limitada. Tendo em conta o reduzido número de processos, referentes aos dois anos (2016 e 2017), tal é reduzido, a amostra de que dispomos é limitada. Estes dados, sendo escassos, permitiram-nos, não obstante, tirar algumas conclusões que consideramos pertinentes e que refletem os mesmos resultados de outros estudos que citamos ao longo deste trabalho. Assim, podemos referir-nos às seguintes inferências:

- Baixa percentagem de reconhecimentos fotográficos face ao número de crimes registados. Esta realidade pode resultar de vários fatores, como, o facto de a aplicação utilizada ser muito recente, o receio ou incapacidade das testemunhas para efetuar o reconhecimento, o baixo número de fotografias disponíveis;
- Quando o crime foi cometido no período noturno e quando houve o envolvimento de uma arma, o número de reconhecimentos fotográficos realizados é menor;
- Sempre que o suspeito é identificado no reconhecimento fotográfico e, posteriormente, submetido a reconhecimento presencial, a confirmação da identidade é de 100%, nos casos em que o crime tenha sido cometido durante o dia e, de cerca de 67%, quando os reconhecimentos são realizados na sequência de crimes cometidos durante o período noturno.

Tendo em conta os resultados obtidos e o objeto do nosso trabalho, destacamos esta última conclusão, cujos valores parecem confirmar a influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento presencial.

Apesar destas conclusões, o legislador optou por um regime muito discutível em que prevê a realização de um reconhecimento prévio, não presencial, e

cujo valor probatório está dependente de um reconhecimento presencial, classificando-o como uma técnica policial, contrariando os resultados dos vários estudos já existentes e que demonstram que a realização de uma qualquer forma de reconhecimento prévia prejudica o resultado do reconhecimento presencial. Não nos esqueçamos que, mesmo respeitando os requisitos do n.º 2 do art.º 147.º e, apesar do resultado de um reconhecimento presencial poder ser influenciado por um vasto conjunto de fatores, a maioria dos estudos apontam claramente para um resultado predefinido. Considerando que, quer a Psicologia, quer o Direito têm como objeto de estudo o comportamento humano, numa postura isenta e sem tomar partidos, concordamos com Blackburn quando defende que, “se espera que os juristas levem a sério os resultados das pesquisas e as opiniões” dos psicólogos (Blackburn, 2006, p. 40).

Parece-nos que a escolha do legislador ao criar uma disciplina própria para o reconhecimento de pessoas, conformada por procedimentos diferenciados, com autonomia concetual e de regime, submissível ao regime da transmissibilidade das fases preliminares para a fase de julgamento (Mesquita, 2018), quis assegurar, por um lado, a celeridade da realização da diligência (no mais curto espaço de tempo possível em relação ao acontecimento percecionado) e, por outro, garantir a irrepetibilidade do reconhecimento propriamente dito, pelo que entendemos que o caminho a seguir é o da valoração da prova produzida pelo reconhecimento fotográfico nos mesmos moldes em que é valorada a prova gerada pelo reconhecimento presencial.

CAPÍTULO IV. Reconhecimento fotográfico – um projeto de futuro

4.1. Um caminho para a garantia da fiabilidade do reconhecimento fotográfico enquanto meio de prova autónomo

Neste capítulo é nosso propósito fazer uma análise crítica das questões relevantes da prova por reconhecimento, olhar para o futuro e propor um regime que, sem prejudicar a matriz do Direito Processual Penal português e as garantias do arguido (art.º 32.º do CRP), possa ser um ponto de partida para dotar o reconhecimento fotográfico de autonomia enquanto meio de prova.

Tal como antes, também hoje, como defendeu Seiya (2003) “numerosas vozes, insistentes, imperiosas reclamam urgentes mudanças para o processo penal português” (p. 1387). O nosso ordenamento jurídico, nomeadamente o CPP, empresta especial atenção à prova por reconhecimento, destacando-a num capítulo próprio dentro do título dedicado aos meios de prova. Esta importância acrescida está também bem patente, quer na jurisprudência dos vários tribunais superiores, quer na labuta da doutrina. Essa constatação é visível desde há muito e é constatável, na redação do ac. n.º 408/89 do TC quando refere que “ o ato recognitivo é fisiologicamente dotado de intensa eficácia persuasiva”, constituindo “uma quase presunção de culpabilidade do suspeito, pelo menos na fase indiciária.” A própria doutrina destaca o seu papel, embora ressalvando o facto de ser um meio de prova “bastante frágil”, apesar da “elevada eficácia de convencimento” que lhe é atribuída (Seiya, 2003, p. 1400).

Percorrido o caminho a que nos propusemos em termos de caracterização do reconhecimento e de identificação dos fatores que podem influenciar o seu resultado, bem como a influência do reconhecimento prévio no resultado do reconhecimento presencial, é chegado o ponto crucial deste trabalho em que, através de uma fundamentação, baseada em elementos jurídicos e técnicos que garantem a fiabilidade do seu resultado, propomos um modelo de autonomização do reconhecimento fotográfico enquanto meio de prova.

4.1.1. Fundamentação de Direito

A prova por reconhecimento visa o estabelecimento da identificação do autor do crime, assumindo o seu resultado um valor probatório elevadíssimo na formação da convicção do julgador (Martins, 2007), independentemente da fase do inquérito em que se realize. Embora este ato deva ser praticado no momento em que a sua realização seja necessária, a sua concretização nesta fase processual dispensa a repetição no julgamento. Por um lado, porque o “contraditório não opera na produção de prova mas incide sobre a prova produzida” (Mesquita, 2018, p. 333) e, por outro, porque se trata de um meio de prova irrepitível, questionamo-nos porque é que à realização de um reconhecimento fotográfico efetuado durante a investigação, a lei determina,

ato contínuo, a realização de um reconhecimento presencial ainda na mesma fase.

Fará, então, sentido realizar um reconhecimento presencial, na mesma fase processual, quando foi já efetuado um reconhecimento fotográfico? Parece-nos desnecessário, redutor e uma duplicação de diligências, por sinal onerosa, cuja fiabilidade do resultado é muito reduzida. Pela análise que fazemos, além da realização do reconhecimento fotográfico em momento algum ferir qualquer direito do arguido, é unanimemente aceite pela jurisprudência e pela doutrina que a prova por reconhecimento não deve ser repetida. Sendo o reconhecimento fotográfico realizado na fase de inquérito, não faz qualquer sentido repeti-lo, nem na fase de instrução, nem na fase do julgamento, na medida em que, “cumprido o formalismo legal, nomeadamente assegurados os direitos do identificando, o reconhecimento em sentido restrito é transmissível às fases subsequentes” (Mesquita, 2018, p. 343). Para tal, o legislador exige que se verifiquem “dois requisitos, um positivo e outro negativo: (1) exige-se um determinado tipo de suporte documental autêntico (auto); (2) em matéria de conteúdos, em regra, não podem ser reproduzidas declarações do arguido, do assistente, das partes civis ou de testemunhas.” (Mesquita, 2018, p. 352). Seguindo o mesmo raciocínio, de acordo com os diversos estudos da Psicologia do testemunho e o estudo por nós apresentado (subcapítulo 3.3.1), como refere Sousa (2007), parece-nos viável afirmar que um primeiro procedimento influenciará, necessariamente, o resultado de um segundo, seja porque se desconhece se a testemunha não estará a identificar a pessoa que por ela foi vista no primeiro procedimento em vez de identificar o autor do ilícito (Memom *et al.*, 2002), seja porque se ache “comprometida” a fazer a mesma escolha que fez anteriormente (“*commitment effect*”) (Dysart *et al.*, 2001). Ora, tendo presente esta ideia da irrepetibilidade, não faz sentido a repetição daquele ato ainda que sob uma fórmula diferente, (desenvolveremos este tema no ponto 4.1.2). Saliente-se que, além da prova por reconhecimento ser um meio de prova irrepetível, [uma vez que, como refere Cordero, “o ato recognitivo psicologicamente autêntico ocorre uma única vez” (Seiça, 2003, p. 1398)], é também uma prova autónoma, não tendo que ser produzida em audiência de julgamento, uma vez que, de acordo com o art.º 355.º do CPP,

basta o exame do auto de reconhecimento pelos demais intervenientes para que se possa formar a convicção do tribunal. Seguindo o mesmo raciocínio, porque é que o reconhecimento por fotografia não pode também ser dotado da mesma autonomia, desde que cumpridos os requisitos previamente estabelecidos na lei (art.º 147.º, n.º 1 e 2 do CPP) e uma verdadeira documentação do ato?

De acordo com o seu regime legal, “o momento processual do reconhecimento é quando haja necessidade da sua realização (Alves, 2010, p. 15), porém, não podemos deixar de considerar que o reconhecimento a que nos referimos (fotográfico) realiza-se sobretudo na fase de inquérito, “momento do processo em que a lei exige apenas a prova indiciária suficiente ou simplesmente indícios suficientes” (Albuquerque, 2009, p.315). Esta prova está, posteriormente, sujeita ao princípio do contraditório e da livre apreciação da prova por parte do juiz durante o julgamento (art.º 127.º do CPP). Ora, assim sendo, não obstante o arguido não seja confrontado com o ato de reconhecimento no momento em que este se realiza, o direito de defesa não fica prejudicado, uma vez que, este meio de prova chegará ao conhecimento do arguido (durante a realização do primeiro interrogatório ou aquando da notificação da acusação) e sujeito ao contraditório em momento posterior, nomeadamente durante o julgamento. Quanto ao contraditório, destacamos a posição que defende Godinho, ao afirmar que “em fase de inquérito, não faria sentido, atendendo às finalidades desta mesma fase processual – nos termos do art.º 262.º, n.º 1 do CPP – a imposição ou consagração de um contraditório pleno, como acontece, *maxime*, quanto à audiência de julgamento (art.º 327.º do CPP)” (2017, p. 102). Pretende-se com a realização do reconhecimento de pessoas “satisfazer o critério probatório da fase processual em que o reconhecimento tiver lugar, ou seja, o critério dos indícios suficientes nas fases de inquérito e instrução e o critério da livre convicção para dar o fato como provado na fase de julgamento” (Albuquerque, 2009, p. 409) e, salvo opinião diversa, consideramos que o reconhecimento fotográfico, cumpridos os requisitos previstos para o reconhecimento presencial (art.º 147.º, n.º 2 do CPP) e um conjunto de formalidades que propomos adiante (ponto 4.1.3), cumpre os objetivos probatórios referidos. Baseados nos estudos já

apresentados ao longo deste trabalho, acompanhamos Sousa que entende que a implementação da obrigatoriedade de um reconhecimento presencial na sequência de um reconhecimento fotográfico, “assume valor claramente negativo, na medida em que este irá inquinar todos os reconhecimentos da suspeita de estarem influenciados pelas exposições prévias” (2007, p. 160). Neste mesmo sentido, o ac. do TRL de 22-6-2011 refere que “a existência de uma prévia diligência de reconhecimento fotográfico é, claramente, um fator que pode influir na credibilidade da identificação presencialmente efetuada”. Contrariamente, Silva (2008) entende que o cumprimento de todos os formalismos legais do reconhecimento presencial durante a realização do reconhecimento fotográfico é suficiente para que este não influencie o resultado final do reconhecimento presencial, o que, quanto a nós e como já fomos demonstrando, é manifestamente insuficiente. Entendemos que a realização do reconhecimento fotográfico autónomo, de acordo com um conjunto de regras previamente definidas e devidamente cumpridas, assegura ao arguido todas as garantias de um meio de prova justo e adequado e, igualmente, menos oneroso para as testemunhas e para o processo. Não se vislumbra, por isso, razão para o legislador não tratar este meio de prova de forma autónoma, atribuindo-lhe relevância semelhante à do reconhecimento presencial (Sousa, 2007). O facto de o legislador minorizar o reconhecimento fotográfico, atribuindo-lhe a qualidade de mera técnica de investigação, não definindo as regras da sua realização, nem a sua correta documentação, configura uma posição redutora, inadequada e que apenas contribui para a viciação do resultado do reconhecimento presencial que lhe terá que suceder. Segundo Mesquita, Silva (2018) considera que as normas «não devem ser lidas no sentido de que às autoridades de perseguição penal é facultado optar, indistintamente, entre a identificação por fotografia e a realização da *lineup*» embora acabe por reconhecer uma margem decisória, considerando que pode recorrer-se a tal método quando «se revele, em concreto, como o meio mais adequado às circunstâncias do caso, seja por oposição do identificando, seja por outra razão atendível» ” (Mesquita, 2018, p. 342). Razões como, a maior celeridade processual, a menor onerosidade para as vítimas e as testemunhas e figurantes, as constantes faltas do identificando à diligência processual e mesmo a ausência de mecanismos para nomeação dos figurantes para

participar na diligência, são, quanto a nós, motivos atendíveis para a substituição do reconhecimento presencial pelo reconhecimento fotográfico.

Ferreira entende que, mediante a aplicação de regras muito precisas, “poderia justificar que o reconhecimento por fotografia” lograria ser “considerado um verdadeiro e autónomo reconhecimento, com a dignidade de meio de prova” (2014, p. 29).

Acompanhamos este raciocínio, pelo que assumimos que o legislador, através de passos seguros, ancorados em regras bem definidas e comuns a outros ordenamentos jurídicos e nos estudos já realizados sobre a Psicologia do testemunho, poderia caminhar para a elevação do reconhecimento fotográfico à qualidade de verdadeiro meio de prova eficaz na busca da verdade material.

4.1.2. Fundamentação de facto

São hoje vários os aspetos considerados para tornar os reconhecimentos um ato cada vez mais credível, até porque se trata de um meio de prova a que a doutrina e a jurisprudência atribuem enorme preponderância. Daí que, como afirma Sousa (2007), sejam várias as vozes que apontam “aspetos logísticos e substanciais” que aconselhariam uma prevalência absoluta futura dos reconhecimentos fotográficos em detrimento das linhas de identificação presenciais. Destes aspetos destacamos os seguintes:

- **Menor prejuízo para as testemunhas.** A realização de um reconhecimento presencial está dependente de um conjunto de fatores, nomeadamente a reunião de pelo menos dois figurantes com características similares ao arguido para integrar a linha de reconhecimento. Tendo em conta que o arguido se pode apresentar para a realização da diligência em condições completamente diferentes daquelas em que foi visto, podendo mesmo alterar algumas dessas características de um dia para o outro (ex. corte ou cor do cabelo), a escolha dos figurantes apenas pode ser efetuada após o contacto visual do responsável pela diligência com o arguido, obrigando a testemunha a dispor do seu tempo para aguardar enquanto o OPC tenta encontrar figurantes cujas características físicas sejam semelhantes às do suspeito e esperar que as pessoas que

reúnam essas características estejam disponíveis para colaborar com a Justiça.

Por outro lado, se o arguido, embora devidamente notificado, faltar repetidas vezes à diligência para boicotar a sua realização, esta fica dependente de nova notificação e sem qualquer garantia de que o arguido não voltará a faltar. Neste verdadeiro jogo “do gato e do rato”, os principais prejudicados são a (s) testemunha (s) e os figurantes que, pela boa vontade demonstrada, têm que estar mais uma vez disponíveis e sujeitos aos caprichos do arguido e à sua vontade de comparecer ou não. Hoje exige-se uma justiça célere e que atenda às necessidades dos cidadãos. Estar a sujeitar pessoas cuja presença no ato não tem qualquer contrapartida e depende apenas da sua boa vontade (figurantes) a constantes idas à esquadra devido ao não comparecimento do arguido representa um prejuízo por vezes irreparável para todos e um reforço do processo de vitimização da testemunha. Para Alves (2010), uma das soluções possíveis era o arguido fazer-se acompanhar pelos figurantes, embora estes fossem sempre avaliados, pela entidade que presidisse à diligência, quanto às condições mínimas de semelhança. Salvo o devido respeito, discordamos. Deixar ao livre arbítrio do arguido esta preocupação, quanto a nós poderia servir apenas para que dispusesse de mais um mecanismo para protelar as diligências de forma a esgotar os prazos ou levar o ofendido a desistir. Fundamentamos esta nossa convicção na prática e experiência de que dispomos uma vez que, ao longo de mais de catorze anos, assistimos variadíssimas vezes a atitudes por parte do arguido cujo único objetivo era impedir a diligência. Referimo-nos, por exemplo, a atitudes como voltar-se de costas na linha de reconhecimento.

Por fim, a realização de um reconhecimento fotográfico permite que a testemunha proceda ao reconhecimento em condições de tranquilidade que o reconhecimento presencial não permite. Embora seja admitida a possibilidade de ser efetuado com recurso a um resguardo, prevista no n.º 3 do art.º 147.º do CPP, o facto de a testemunha ser confrontada com a presença do eventual suspeito não deixa de ser um ato intimidatório e perturbador. Referem Mendes & Garrett (2007) que “ocorre com frequência que a testemunha identificante se apresenta ao OPC com o seu estado de alma francamente prejudicado, o que

se agrava quando não consegue integrar-se psicologicamente no cenário: a esquadra, os policiais (...)", mas também devido ao facto de o contacto visual com o suspeito a identificar ser feito por um pequeno postigo ou por um vidro espelhado;

- **Dificuldades técnicas associadas à formação da linha de reconhecimento presencial.** A entidade que preside à diligência processual que constitui o reconhecimento presencial, normalmente os OPC, debate-se, invariavelmente, com a dificuldade de encontrar duas pessoas que se constituam como figurantes na linha de reconhecimento. Se, por um lado, por vezes, estamos perante suspeitos/arguidos cujas características físicas são de tal forma ímpares que obrigam a verdadeiras procuras de "agulhas no palheiro", pelo outro, a lei exige as maiores semelhanças possíveis entre os elementos que compõem a linha de reconhecimento. Como referem Mendes & Garrett (2007, p. 47), sob pena de invalidade do ato, devemos, definitivamente, banir as situações hilariantes, estilo "bucha e estica", pelo que se deve garantir a mínima semelhança entre os figurantes e os arguidos. Outro fator a ter em conta é as condições em que o suspeito se apresenta para integrar a linha de reconhecimento. De acordo com a própria lei, o arguido deve "apresentar-se nas mesmas condições em que poderia ter sido visto pela pessoa que procede ao reconhecimento", cf. art.º 147.º, n.º 2, do CPP. Porém, não são raras as vezes em que o suspeito se apresenta em condições que nada têm que ver com essas condições. Veja-se o caso do arguido toxicodependente no momento em que comete o crime, com um aspeto desleixado e sujo e, submetido a tratamento durante o tempo decorrido desde a prática do ilícito até ao momento do reconhecimento, se apresenta com um ar bem cuidado e limpo. Ou, exemplos como, o caso do arguido que após a prática do ilícito rapa o cabelo, o suspeito negro que o pinta de loiro, ou aquele que deixa crescer a barba desmesuradamente ou que remove a prótese dentária que utiliza. Trata-se de técnicas a que os advogados recorrem, invariavelmente, para atrasar a realização do reconhecimento presencial ou mesmo para inviabilizá-la, sendo que, muitas delas, dizem respeito a características que podem conflitar com as liberdades individuais do arguido e que, mediante a falta de colaboração daquele, dificilmente se conseguem ultrapassar.

Discordamos da solução proposta pelo ac. do STJ de 15-3-2007 quando admite que “a semelhança dos indivíduos sujeitos ao ato de identificação não é um requisito essencial da validade do ato, pois o que se pede é que as pessoas (duas, pelo menos) que se chamam ao ato apresentem as maiores semelhanças possíveis, inclusive no vestuário, com a pessoa a identificar (art.º 147.º, n.º 2). Assim, além de se poder dizer que a “semelhança” nem sempre é objectivável, também nem sempre são possíveis as condições necessárias para a obter (...):” Parece-nos que este raciocínio demonstra que a própria jurisprudência está sensível às dificuldades e limitações inerentes à realização de uma diligência desta natureza, aceitando-as, tanto que é comum o próprio MP solicitar aos OPC a nomeação de polícias para integrarem uma linha de reconhecimento presencial, sem que se atente às características do arguido para que seja feita uma seleção desses figurantes. O próprio regime legal da prova por reconhecimento não disciplina a forma de nomear os figurantes, ficando esta dependente da sensibilidade, bom senso e boa vontade daqueles que se dispõem a auxiliar o OPC, a investigação criminal e a justiça (Alves (2012). O OPC, ou outra entidade que presida ao ato, não dispõem de qualquer mecanismo que lhes permita nomear os figurantes para constituir a linha de reconhecimento. A realização de um reconhecimento fotográfico afasta todas estas dificuldades. A realização da diligência está apenas dependente do acesso a uma ferramenta informática por parte do responsável que se limita a seleccionar um conjunto de fotografias dos suspeitos, de acordo com as características que lhe são indicadas pela testemunha, podendo alterar essa coleção sempre que entender que a descrição da testemunha assim o justifique.

- **Aumento do número de figurantes.** Aumentar o número de figurantes na linha de reconhecimento é hoje uma realidade em vários ordenamentos jurídicos e, uma das hipóteses cada vez mais vezes referida pelos autores dos vários estudos realizados de forma a garantir a fiabilidade do ato. Esta medida vem dificultar ainda mais a realização destas diligências, uma vez que, obriga à disponibilidade de mais figurantes com características similares às do arguido. Contrariamente, a realização do reconhecimento fotográfico não tem qualquer implicação ou prejuízo. Basta o responsável pela diligência, mediante a

descrição do identificador, previstas no art.º 147.º, n.º 2, do CPP aceder à aplicação informática onde constam os clichés fotográficos dos arguidos e facilmente aumentar o número de fotografias disponibilizadas para a realização da diligência. Sousa (2007) sustentado nos pontos a).4 e a).5 do anexo E do *Code of practice*¹⁰ defende a exibição à testemunha de conjuntos de 12 fotografias de tipo semelhante, com as advertências de que só no final da exibição de todas elas deve pronunciar-se quanto à identificação ou não identificação. Num reconhecimento presencial uma medida destas seria impraticável.

- **Maior celeridade na realização da diligência.** Um dos elementos que maior influência tem no êxito e fiabilidade do reconhecimento é o tempo decorrido entre o momento da aquisição da informação e a sua recuperação. Trata-se de uma relação inversamente proporcional, isto é, quanto menor for o tempo decorrido entre o momento em que foi praticado o crime (aquisição da informação) e a realização do reconhecimento (recuperação), maior será a probabilidade de afetar a precisão da identificação. Apesar de ser difícil especificar a relação precisa entre o intervalo de retenção e a precisão da identificação por parte da testemunha ocular, maiores intervalos de retenção estão associados a um pior desempenho na identificação dos suspeitos durante o reconhecimento (Dysart & Lindsay, 2006).

Para Yarmey, embora haja um vasto conjunto de fatores a influenciar a taxa de esquecimento, como a natureza dos acontecimentos presenciados, o declínio do traço mnésico, o significado da informação a ser recuperada, entre outros, a recordação decai ao longo do tempo, originando a distorção da informação ou mesmo o seu esquecimento completo (2006, p. 233). Esta mesma conclusão é apresentada no ac. do TRC, de 5-5-2010, que refere que “o “reconhecimento” é um meio de prova “pré-constituído” pois que, pela sua natureza e pelas conclusões apresentadas por estudos em psicologia da memória, deve ser

¹⁰ Código de conduta policial, subordinado à Lei da igualdade, que disciplina os principais métodos utilizados pela polícia do Reino Unido para identificar pessoas sob investigação pela prática de crimes. Este código foi aprovado pelo Parlamento inglês em 1984 e revisto em Fevereiro de 2017 e deve estar permanentemente disponível em todas as instalações policiais do Reino Unido, disponível em <https://assets.publishing.service.gov.uk> (tradução nossa)

realizada temporalmente o mais próximo possível da prática do ato ilícito – no início do inquérito”.

Entre o momento em que o crime foi presenciado e o momento em que a testemunha é chamada a realizar o reconhecimento, as representações mnésicas relevantes do acontecimento podem ser alteradas, distorcidas ou substituídas por informação errada pós-evento (Yarmey & Morris, 1998 e Frenda, Nichols, & Loftus, 2011). Recorrendo ao reconhecimento fotográfico, o OPC pode realizar esta diligência de imediato, evitando desta forma estas “contaminações” das suas memórias e novas deslocações às instalações policiais. De acordo com Loftus (1992), o grau de distorção entre as testemunhas que estão expostas a estas “contaminações” e as que não recebem este tipo de informação pós-evento tem originado recordações falsas elevadas, com valores de 30 a 40% nalgumas experiências. O facto de dispor de um conjunto de fotografias às quais pode recorrer de imediato para a realização da diligência é uma mais-valia que o reconhecimento presencial não permite.

- **Credibilidade do reconhecimento presencial vs credibilidade do reconhecimento fotográfico.** O reconhecimento presencial não é mais fidedigno que o reconhecimento fotográfico. Segundo o estudo subordinado aos avanços científicos no reconhecimento pessoal apresentado na série Pensando o Direito, n.º 59¹¹, o reconhecimento fotográfico é inclusivamente mais recomendado, uma vez que permite a realização de um teste de adequação e equilíbrio das fotografias apresentadas, através do simples acesso à aplicação onde as fotografias estão depositadas adequando-as a apresentar juntamente com a fotografia do suspeito. Pelo contrário, o reconhecimento presencial está dependente, não só da escolha criteriosa de seus integrantes, mas também sujeita à disponibilidade dos mesmos, o que na maioria das vezes não acontece (Malpass, 2015). Coloca-se a questão de saber se, nas fotografias à disposição dos OPC, os figurantes não dispõem de vestuário com as características do que o suspeito usava no momento do evento, ao contrário do que acontece no reconhecimento presencial. No

¹¹ Disponível em <http://pensando.mj.gov.br/publicacoes>

entanto, estudos têm demonstrado que quando as testemunhas têm um tempo de observação muito curto (o que ocorre na maioria dos crimes, veja-se a título de exemplo os roubos por “esticção”, na sequência dos quais uma das principais diligências durante a investigação é o reconhecimento), a atenção e a memória são dirigidas, em primeiro lugar, para os atributos físicos, mais do que para as características do vestuário (Yarmey *et al.*, 2002).

4.2. Normas técnicas para a realização do reconhecimento fotográfico

A recolha dos meios de prova, no âmbito do CPP em geral e, da identificação de um suspeito no âmbito do reconhecimento em particular, está sujeita a um conjunto de formalismos e obrigada ao respeito pelos princípios orientadores do processo penal. A sua validade enquanto meios de prova está dependente, como referido no ac. do TRL de 15-11-2011, de um “formalismo amplamente descrito e rigorosamente exigido” que “evidencia a importância e falibilidade deste meio de prova”, razão pela qual o legislador pôs especial cuidado na sua regulamentação, fazendo depender a sua validade enquanto meio de prova do estrito cumprimento dessas formalidades.

Entendemos que, além da “regulação com força de lei do ordenamento jurídico português”, a validade da prova por reconhecimento fotográfico deve assentar também “n(o) recurso na consagração jurídica (por fonte legislativa, jurisprudencial ou outros instrumentos, incluindo soluções de *soft law* como manuais de boas práticas) a estudos empíricos sobre a identificação em sentido amplo repercutidos em estatuições sobre a regulação de identificações de pessoas e objetos, objeto de perceções passadas relevantes para factos probandos (...)” (Mesquita, 2018, p. 331), há muito utilizadas em outros ordenamentos jurídicos. Assim, guiados pelo estudo desenvolvido em 2003 por Turtle, Lindsay e Wells, destacamos um conjunto de procedimentos e normas técnicas que, quanto a nós, são essenciais para garantir a credibilidade do reconhecimento fotográfico e assim permitir a sua valoração enquanto meio de prova autónomo:

- **Descrição verbal do autor do crime.** Presente na fase narrativa prevista no art.º 147, n.º 1 do CPP, a descrição não deixa de ser uma “fase não deixa de

ser uma «declaração» onde a testemunha/ofendido descreve aquilo de que se recorda – solicita-se à pessoa que deva fazer a identificação que a descreva, com indicação de todos os pormenores de que se recorda”, cf. ac. do TRP de 04-11-2009. A descrição verbal do suspeito, feita pela testemunha do crime, além de prévia ao início da apresentação das fotografias, deve ser sempre efetuada com base na observação feita durante o acontecimento. A seleção das fotografias por parte do responsável pelo reconhecimento deve ter por base essa descrição e, por isso, se o autor do crime for descrito como tendo cabelo ruivo, então todas as fotografias selecionadas para serem apresentadas à testemunha devem ser de suspeitos com cabelo ruivo. Por outro lado, se o autor do crime era jovem, independentemente de a testemunha mencionar ou não a idade na descrição, todas as fotografias a apresentar devem ser de suspeitos jovens (Yarmey, 2006). A maior parte dos estudos indica que o “ajustamento” de um suspeito à descrição original deve ser aceite com cautela, por causa do carácter vago das descrições. Refira-se que descrever uma pessoa é uma tarefa de extraordinária complexidade, porque, as testemunhas têm de verbalizar estímulos referentes às características do autor do crime percebidos visualmente. Tentar descrever, com base na memória, a face de outrem é uma tarefa complicada, uma vez que o vocabulário da maior parte das pessoas, para características faciais é limitado (Yarmey, 2006). Porém, como afirma Altavilla “uma precisa descrição da pessoa, ou da coisa, que se é chamado a reconhecer, é uma prova que assegura a exatidão do reconhecimento posterior (2003, p. 372). A descrição do suspeito é de tal forma relevante que a própria jurisprudência o assinala como resulta do ac. do TRL de 15-11-2011 quando menciona que “não sendo o depoimento da testemunha (...), na parte relativa à descrição de notas distintivas que permitiam o reconhecimento, nomeadamente aspetos particulares do cabelo, altura e idade, coincidente com a descrição preliminar feita no auto de reconhecimento, justifica-se que se formulem sérias dúvidas sobre a fidedignidade do reconhecimento efetuado na fase de inquérito”;

- Aumento do número de fotografias a apresentar no reconhecimento fotográfico. Entendemos que a apresentação de apenas três fotografias, de acordo com as regras do reconhecimento presencial, é manifestamente

insuficiente para garantir a fiabilidade e credibilidade da diligência. Embora não haja um número definido de fotografias a apresentar à testemunha, no entanto, o *United States Department of Justice* produziu e aprovou em 1999 o *Eyewitness Evidence: A Guide for Law Enforcement*¹², o qual estabelece o mínimo de cinco fotografias (p. 29)¹³. Por outro lado, numa posição de maior salvaguarda do reconhecimento, acompanhamos Sousa que, escudado nos anexos a).4 e a).5 do anexo E do *Code of practice* sugere a exibição de doze fotografias (p. 48), as quais devem ser apresentadas de forma sucessiva ou sequencial. Elas devem ser apresentadas à testemunha, em condições de privacidade possível e aquela deve ser advertida de que, apenas se deve pronunciar ao fim da projeção das 12 dessas fotografias. Avança Yarmey que, Wagenaaar e Veeffking observaram que as testemunhas tinham menos tendência para fazer uma identificação falsa de uma pessoa inocente, à medida que o número de pessoas ou fotografias que integravam o processo de reconhecimento aumentava (2006, p. 239).

- **Aplicação do reconhecimento sucessivo.** Embora alguns estudos mais antigos não estabeleçam diferenças significativas na identificação em função do meio de apresentação (Cutler, Berman, Penrod & Fisher, 1994), a maioria dos estudos mais recentes defende o reconhecimento sequencial ou sucessivo em detrimento do reconhecimento simultâneo, uma vez que, de acordo com a perspetiva da Psicologia do testemunho, este é considerado de maior valor probatório (Albuquerque, 2009). A esta mesma conclusão chega Yarmey quando afirma que as linhas de reconhecimento administradas sequencialmente são preferíveis às apresentadas simultaneamente porque, embora ambas originem o mesmo número de identificações incorretas, quando o autor do crime está presente, “as linhas de identificação sequenciais ou sucessivas estão associadas a menos identificações falsas quando o autor do crime está ausente” (Yarmey, 2006, p. 239). Wells *et al.* (1998) também defendem o reconhecimento sequencial em vez do reconhecimento simultâneo

¹² Manual criado em 1999 pelo *the Technical Working Group for Eyewitness Evidence members* com o objetivo de compilar e recomendar as melhores práticas e procedimentos para a comunidade de justiça criminal aplicar em investigações envolvendo testemunhas oculares, no sentido de garantir a precisão e confiabilidade deste evidência. Acessível em <https://www.ncjrs.gov>. (tradução nossa)

¹³ Tradução nossa

uma vez que, de acordo com a riqueza de evidências empíricas, estes são mais eficazes (Horvath, 2009, p. 112).¹⁴

- **Aplicação do reconhecimento duplamente cego.** Alguns estudos (Garrioch e Brimacombe, 2001) demonstram que a identificação do suspeito pode ser afetada pela postura e intervenção, ainda que inadvertida, do responsável pela diligência. Considerando que o número de falsas identificações aumenta na sequência do conhecimento da identidade do suspeito por parte do responsável pela diligência, defendemos que aquele deve desconhecer a identidade do suspeito a identificar. Por outro lado, considerando igualmente que os reconhecimentos no âmbito do CPP, durante o inquérito, são maioritariamente realizados pelos OPC, defendemos a proibição da direção do ato por parte dos OPC que têm a responsabilidade da investigação. Esta medida impediria situações como a relatada no ac. TRL de 15-11-2011, referindo-se a atitudes inadmissíveis durante um ato desta natureza: “disse a testemunha, em audiência, que ao proceder ao reconhecimento fotográfico, pareceu-lhe, referindo-se ao arguido, ser “um bocado diferente na fotografia”, mas que “eles disseram-me que era natural”, que “a fotografia não era recente” e que “devido às características que eu dei, não tinham dúvidas”. Por fim, acompanhamos Yarmey (2006) e Horvath (2009) quando defendem que além do responsável pelo reconhecimento desconhecer a identidade do suspeito a identificar, deve informar a testemunha desse desconhecimento e do facto de a fotografia do autor do crime poder não constar da apresentação. Esta medida permitiria desde logo afastar uma eventual intervenção, consciente ou inconsciente, do responsável pela diligência, preocupação há muito patente na análise efetuada pela jurisprudência e de que é exemplo o ac. Do TRL, de 12-05-2004, quando refere que, “ (...) a identificação que faz pode facilmente ser influenciada por inúmeros fatores, entre os quais o comportamento, consciente ou inconsciente, da pessoa que orienta a diligência, dependendo o grau de confiança que a testemunha ocular tem na precisão da identificação efetuada mais do comportamento, muitas vezes corroborante, do investigador que dirigiu as operações (...), do que da nitidez das suas próprias recordações do cenário do crime.”

¹⁴ Tradução nossa

Esta medida ganha especial ênfase se considerarmos que “mesmo que se tenham cumprido rigorosamente as formalidades estabelecidas na nossa ou noutras legislações e que mais não visam do que diminuir a margem de erro desse meio de prova, os trabalhos empíricos têm revelado que a testemunha ocular tende a fazer um julgamento relativo, mesmo quando avisada de que o suspeito pode não se encontrar entre as pessoas que compõem o painel, procurando localizar a pessoa que mais semelhanças apresente com o agente do crime por ela visualizado” (último ac. citado).

O reconhecimento duplamente cego visa impedir situações em que os responsáveis pela diligência de reconhecimento predispõem a testemunha para a convicção de que um determinado suspeito, cuja fotografia lhe é exibida é o autor de determinados factos. Como descreve o aresto que vimos citando, não ficará o reconhecimento altamente condicionado na sua genuinidade? O retrato mnemónico retido na memória da testemunha identificante não ficará afetado pela convicção que lhe foi indevidamente transmitida pelo responsável pela diligência?

- **Documentação adequada do ato.** A realização do reconhecimento fotográfico, como qualquer ato de recolha de prova, deve ser documentada. Esta documentação da diligência deve ser assegurada através de um auto de reconhecimento, nos termos do art.º 147.º, do CPP. No entanto, o auto de reconhecimento não deve bastar-se pelo cumprimento dos requisitos formais. Deverá conter um conjunto de elementos que permitam ao juiz de julgamento apurar o acerto nos procedimentos de reconhecimento, nomeadamente, as circunstâncias em que o mesmo decorreu, as questões e respetivas respostas dadas pelo reconhecedor e a documentação através do registo fotográfico das fotografias exibidas durante o ato. Como refere Mesquita, os atos de reconhecimento em sentido restrito (...), na medida em que não integrem prova declarativa são transmissíveis à fase de julgamento como documentos processuais suscetíveis de transportar elementos probatórios (auto de reconhecimento) que, em face das inferências judiciais, podem determinar resultados probatórios (2018, p.357). Sousa (2007) propõe mesmo que seja feita uma gravação vídeo da exibição fotográfica, a qual deverá incluir tudo o que tenha sido dito pela testemunha acerca de qualquer identificação,

nomeadamente, o seu “nível de confiança ou certeza quanto à sua decisão de identificação” (Yarmey, 2006, p. 238), as perguntas efetuadas, as respostas dadas, as posturas da testemunha, resumidamente, todo o procedimento. Quanto a nós, deve mesmo incluir a descrição do suspeito por parte da testemunha, as circunstâncias em que o viu, a duração do contacto, a luminosidade do local, a distância a que estava, entre outros fatores que possam influenciar a codificação da informação mas também a sua recuperação durante a realização do reconhecimento, garantido desta forma a fase narrativa do reconhecimento de pessoas, prevista no art.º 147.º, n.º1 do CPP. Para Altavilla, a maior parte dos erros de reconhecimento é devida às condições em que se deu a primeira perceção: distância, rapidez, condições de luz, falta de atenção, perturbação emotiva, etc. (2003, p. 375), pelo que a documentação desta informação no auto de reconhecimento é essencial.

Para completar estas regras poderíamos recorrer ao Anexo E do *Code of practice for the identification of persons by police officers (Code of practice D) do Police and Criminal Evidence Act 1984*, mais concretamente nos seus pontos a).10 e b).11, que regulamenta a forma adequada de documentação de um reconhecimento fotográfico.

Quanto a nós trata-se de um conjunto de regras técnicas que não têm que estar vertidas no CPP, mas, devem fazer parte da formação e prática de todos os OPC de forma a garantir a fiabilidade de qualquer reconhecimento, mas sobretudo do reconhecimento fotográfico. Trata-se de condições que consideramos essenciais para a sua elevação à categoria de meio de prova autónomo, deixando de estar dependente de um posterior reconhecimento presencial. Partindo do pressuposto que o reconhecimento é um meio de prova autónomo e pré-constituído, logo irrepetível, ficando a livre apreciação do julgador condicionada apenas à análise do conteúdo do auto de reconhecimento que consta do processo, este deve conter todos “os elementos essenciais para controlar o acerto do procedimento, formar a convicção do julgador e permitir a respetiva motivação” (Sousa, 2007, p. 156).

A prova obtida através das testemunhas oculares e a realização dos reconhecimentos, como sugerem Wells & Loftus (2003), deveriam, tal como

acontece na recolha da prova material, obedecer a um rigoroso conjunto de técnicas levadas a cabo por peritos, evitando assim a sua contaminação. Esta medida não permitiria elevar a valoração desta prova ao nível da prova material, mas permitiria uma aproximação ao regime daquela, com claros benefícios para todos os envolvidos no inquérito (Horvath, 2009)¹⁵. Estas medidas enquadrar-se-iam nas soluções de *soft law* como manuais de boas práticas a que Mesquita se refere. (2018)

4.3. Proposta legislativa

Ao longo do nosso trabalho, baseando-nos em vários estudos sobre a Psicologia do testemunho, a visão da doutrina e da jurisprudência acerca desta temática procuramos demonstrar a fiabilidade do reconhecimento fotográfico como meio de prova autónomo. Essa viabilidade, quanto a nós, está dependente de dois aspetos essenciais:

- A criação de um manual de procedimentos a distribuir aos OPC e a respetiva formação com um conjunto de regras precisas que propusemos oportunamente (ponto 4.1.), e;
- Alteração legislativa, nomeadamente o artigo 147.º do CPP, alteração essa que adiante propomos.

Quanto às alterações legislativas, no que diz respeito ao reconhecimento de pessoas, o nosso legislador optou sempre por mudanças muito pouco significativas. Não obstante o facto de ter privilegiado esta estabilidade, nos processos de revisão do CPP já foram apresentadas propostas arrojadas no que diz respeito a esta matéria, as quais vão ao encontro das conclusões de alguns dos estudos entretanto realizados sobre a Psicologia do testemunho e a fragilidade da prova obtida através das testemunhas oculares.

Refira-se que o Projeto de revisão do CPP apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS no projeto de lei n.º 519/IX, no âmbito das alterações ao CPP¹⁶, apresenta algumas propostas que entendemos importantes quanto a

¹⁵ Tradução nossa

¹⁶ Publicado no DR 0031 | II Série A - Número 020 | 03 de Dezembro de 2004, disponível em <http://debates.parlamento.pt> consultado em 16FEV19

esta matéria, nomeadamente a sugestão do melhor esclarecimento dos “procedimentos e os modos de documentar o reconhecimento de pessoas, ficando mais claro que o seu incumprimento invalida o reconhecimento como específico meio de prova”. Quanto a nós, há a necessidade de ir mais além e, por isso, propomos a autonomização do reconhecimento fotográfico enquanto meio de prova.

Assim, embora sem o domínio da técnica legislativa, cujo conhecimento não é objeto principal deste trabalho, propomos as alterações à redação do art.º 147.º do CPP, revogando os n.ºs 5 e 6 e alterando o atual n.º 7 e ainda o aditamento de um art.º 147-A.º ao atual CPP, que manteria as duas fases do reconhecimento, a narrativa e a da confrontação visual de uma percepção passada com uma percepção presente (embora sob a forma de fotografia), numa estrutura similar à prevista no atual art.º 147.º, capaz de assegurar as regras do reconhecimento fotográfico e cuja redação proposta seria a seguinte:

Artigo 147.º

Reconhecimento presencial de pessoas

1 - Quando houver necessidade de proceder ao reconhecimento de qualquer pessoa, solicita-se à pessoa que deva fazer a identificação que a descreva, com indicação de todos os pormenores de que se recorda. Em seguida, é-lhe perguntado se já a tinha visto antes e em que condições. Por último, é interrogada sobre outras circunstâncias que possam influir na credibilidade da identificação.

2 - Se a identificação não for cabal, afasta-se quem dever proceder a ela e chamam-se pelo menos duas pessoas que apresentem as maiores semelhanças possíveis, inclusive de vestuário, com a pessoa a identificar. Esta última é colocada ao lado delas, devendo, se possível, apresentar-se nas mesmas condições em que poderia ter sido vista pela pessoa que procede ao reconhecimento. Esta é então chamada e perguntada sobre se reconhece algum dos presentes e, em caso afirmativo, qual.

3 - Se houver razão para crer que a pessoa chamada a fazer a identificação pode ser intimidada ou perturbada pela efetivação do reconhecimento e este não tiver lugar em audiência, deve o mesmo efetuar-se, se possível, sem que aquela pessoa seja vista pelo identificando.

4 - As pessoas que intervierem no processo de reconhecimento previsto no n.º 2 são, se nisso consentirem, fotografadas, sendo as fotografias juntas ao auto.

5 – (revogado)

6 – (revogado)

7 – (novo n.º 5) O reconhecimento que não obedecer ao disposto neste artigo não tem valor como meio de prova, independentemente da fase do processo em que ocorrer.

Artigo 147.º-A.º

Reconhecimento fotográfico de pessoas

1 - Quando houver necessidade de proceder ao reconhecimento do agente do crime, quando não esteja identificado e seja necessária a sua determinação no mais curto espaço de tempo, é admissível o reconhecimento por fotografia

2 – No início da diligência solicita-se à pessoa que deva fazer a identificação que descreva o suspeito, com indicação de todos os pormenores de que se recorda. Em seguida, é-lhe perguntado se já a tinha visto antes e em que condições. Por último, é interrogada sobre todas as outras circunstâncias que possam influir na credibilidade da identificação.

3 – De acordo com a descrição efetuada nos termos do número anterior, o responsável pela diligência seleciona um conjunto de fotografias de pessoas que apresentem as maiores semelhanças possíveis com a pessoa a identificar, numeradas e sem qualquer elemento de identificação, nunca em número inferior a doze.

4 – De seguida, a pessoa que procede ao reconhecimento é colocada em condições de privacidade, são-lhes explicadas as regras de realização da diligência e exibidas, sucessivamente, as fotografias selecionadas. Finda a apresentação das fotografias, a pessoa que deva fazer a identificação é questionada sobre se reconheceu algum dos suspeitos e qual.

5 – A diligência é, sob pena de nulidade, toda ela registada sob o formato de videograma ou fotograma e estes elementos, bem como todas as fotografias apresentadas são junto ao auto.

6 – Os procedimentos de reconhecimento fotográfico são integralmente reduzidos a auto, onde devem constar, entre outras informações, todas as questões, respostas e descrições a que se refere o n.º 2 do presente artigo, ao qual são juntos os registos previstos no número anterior.

7 - O reconhecimento que não obedecer ao disposto neste artigo não tem valor como meio de prova, seja qual for a fase do processo em que ocorrer.

CONCLUSÕES

a) Reflexões finais

Reserva-se este capítulo para uma síntese conclusiva de todo o trabalho, desde a contextualização do tema até aos resultados do estudo que desenvolvemos. Iniciamo-la com um balanço geral quanto à concretização dos objetivos delineados, da validação das hipóteses formuladas e da resposta ao problema de investigação pré-definidos. Sucedem-se as reflexões finais propriamente ditas e algumas recomendações e sugestões.

Refere Sarmiento (2013, p. 14) que “as hipóteses que foram formuladas no (...) início da investigação carecem de confirmação ou verificação”. No presente estudo, ao longo dos vários capítulos fomos tentando validar cada uma das hipóteses que formulamos, em especial o problema de investigação.

O reconhecimento de pessoas no âmbito do CPP é um meio de prova típico, autónomo em relação à prova testemunhal e irrepetível. Em termos de requisitos, garantias e estrutura, goza de singularidade cuja inobservância, de acordo com o n.º7 do art.º 147 do CPP, determina a sua ineficácia como meio de prova.

A memória é um processo reconstrutivo, moldável, sugestionável às mudanças e apresenta um papel essencial no reconhecimento. É através do processo mnésico que, durante aquele ato, a testemunha ocular recupera a informação que presenciou durante o acontecimento, entre ela, as características do suspeito.

A perceção manifesta-se na forma como organizamos as sensações recolhidas pelos nossos sentidos, no caso concreto a visão, e, também, pela forma como asseguramos a representação mental desse estímulo, percebendo aquilo que é visível, mas também realidades que não existem, através de várias abordagens explicativas que se complementam entre si.

O processo percetivo é próprio de cada indivíduo, uma vez que, além de influenciado pelo meio ambiente que o rodeia, depende de fatores intrínsecos de cada um e das suas experiências anteriores. Quer a memória, quer a

percepção estão sujeitas à influência de variadíssimos fatores, uns marcadamente pessoais como o stresse, fatores emocionais, atenção prestada ao acontecimento e, outros, de natureza ambiental como o tempo de exposição ao acontecimento, a luminosidade e distância do acontecimento. Esse efeito manifestar-se-á aquando da recuperação da informação memorizada, seja numa atividade diária, seja no processo de realização do reconhecimento em que a testemunha tenta identificar o autor do crime que presenciou.

Introduzido pela Lei n.º 48/2007 o reconhecimento mediante fotografias é descrito pelo legislador como uma diligência realizada no âmbito da investigação criminal, um passo prévio ao reconhecimento presencial, desprovido de valor probatório cuja validação posterior fica dependente da realização do reconhecimento presencial e a sua realização deve cumprir todos os formalismos estabelecidos no art.º 147.º do CPP para o reconhecimento presencial.

É sabido que a realização do reconhecimento fotográfico previamente ao reconhecimento presencial, influenciará, em maior ou menor grau, o resultado deste, uma vez que a testemunha, durante o reconhecimento presencial, inadvertidamente, tenderá a procurar a pessoa que viu e indicou como sendo o suspeito no reconhecimento fotográfico em vez do verdadeiro suspeito numa clara adulteração do resultado que poderá inquinar toda a prova produzida por este meio.

O resultado do estudo efetuado sobre os reconhecimentos presenciais realizados após o reconhecimento fotográfico acompanha o resultado de outros estudos já realizados.

A hora da ocorrência (ocorrências durante o período noturno) e a utilização de uma arma influenciam o resultado dos reconhecimentos. Por outro lado, sempre que o suspeito é identificado no reconhecimento fotográfico e, posteriormente, submetido a reconhecimento presencial, a confirmação da identidade é de 100%, nos casos em que o crime tenha sido cometido durante o dia e, de cerca de 67%, quando os reconhecimentos são realizados na sequência de crimes cometidos durante o período noturno, o que parece

confirmar a influência do reconhecimento fotográfico no resultado do reconhecimento presencial.

A realização do reconhecimento fotográfico de acordo com um conjunto de formalidades legais e técnicas previamente definidas, e devidamente documentado, assegura ao arguido todas as garantias de um meio de prova justo e adequado e, ainda, menos oneroso para as testemunhas e para o processo. O legislador, fica assim devidamente habilitado para promover uma alteração legislativa e para tratar o reconhecimento fotográfico como meio de prova autónomo, atribuindo-lhe, nesta matéria, a mesma relevância do reconhecimento presencial.

b) Sugestões e propostas

O reconhecimento de pessoas no âmbito do processo penal está sujeito à influência de vários fatores, tornando-se por isso um meio de prova sensível que deve estar rodeado de especiais cuidados.

Recomendamos, por isso, a promoção de uma alteração legislativa ao atual art.º 147.º do CPP nos moldes propostos no capítulo IV deste trabalho;

Recomenda-se também que a recolha deste tipo de prova ocorra em moldes similares aos da recolha da prova material, obedecendo a um rigoroso conjunto de técnicas levadas a cabo por peritos, evitando assim a sua contaminação;

Recomenda-se, ainda, a criação de um manual de procedimentos assegurando um conjunto de normas técnicas e o seu escrupuloso cumprimento, nomeadamente:

- Obrigação de uma descrição o mais precisa possível do suspeito por parte da testemunha, descrição essa que deve ficar devidamente documentada no auto de reconhecimento;
- Aplicação do reconhecimento fotográfico sucessivo e com um número mínimo de doze fotografias;
- Aplicação do reconhecimento duplamente cego, ou seja, o responsável pela diligência dever desconhecer a identidade do suspeito a identificar e deve

informar a testemunha desse desconhecimento e ao facto de a fotografia do autor do crime poder não constar da apresentação;

- O responsável pela diligência não ser o responsável pela investigação e o reconhecimento fotográfico ser efetuado em condições em que aquele não esteja a ver as fotografias que estão a ser visionadas pela testemunha;
- Documentação adequada do ato onde fiquem registados todos os pormenores inerentes à realização do reconhecimento, através de gravação vídeo que seria junto ao auto de reconhecimento.

c) Limitações à investigação

A primeira limitação contende com o fator tempo e as restrições resultantes da conciliação da atividade profissional com a elaboração de um trabalho desta natureza.

Apontamos, também, como limites ao estudo, a escassez da amostra e a ausência de dados sistematizados sobre alguns dos elementos que compõem o estudo.

d) Futuras investigações

Recorrendo a uma amostra mais alargada e recolhendo outros dados como as características do suspeito e da testemunha, as condições em que ocorreram os crimes, entre outras, que permitam caracterizar cada ocorrência, desenvolver eventuais investigações sobre o efeito destes fatores sobre o reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, E. (2001) *Memória implícita e Processamento*, 1.^a Ed., Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Braga. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho
- Albuquerque, P. P., (2009). *Comentário do Código de Processo penal*, 3.^a Edição. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa
- Albuquerque, P. P. (2011). *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos direitos do Homem*. Lisboa. Universidade Católica
- Altavilla, E., (2007). *Psicologia Judiciária. O processo Psicológico e a verdade judicial*, Vol. I. Tradução de Fernando Miranda, reimpressão da 2.^a edição de 2003. Coimbra. Gráfica de Coimbra, Lda
- Antunes, M. A. F. (2003-2004). *Elementos de investigação policial - sumários*, Edição Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano letivo de 2003-2004, p. 61
- Blackburn, R. (2006). *Relações entre psicologia e direito*, tradução de J.P. Valentim *in* *Psicologia forense*. Coimbra. Almedina
- Branco, R. (2009). *A condição secreta do visível: a percepção na natureza e nas artes*. São Paulo. Escrituras Editora
- Bornstein, B. H. Deffenbacher, K. A., Penrod, S.D. e McGorty, E.K, (2012). *Effects of Exposure Time and Cognitive Operations on Facial Identification Accuracy: A Meta-Analysis of Two variables Associated with Initial Memory Strength*. *Psychology, Crime, and Law* 18 (5), p. 473–490
- Broens, M. (2017). *A experiência perceptual na perspetiva da teoria da perceção direta*. São Paulo. Universidade de São Paulo
- Brown, J. M., (2010). *The Cambridge handbook of forensic psychology*. Nova Iorque. Cambridge University Press
- Canas, I. A. (2011). *Psicologia do testemunho - entrevista cognitiva*. Pela Lei pela Grei, pp. 66- 68.
- Carter, R., Aldridge, S., Page, M. e Parker, S. (2009). *O livro do cérebro: memória, pensamento e consciência*, Vol. 3 trad: Peter Frances. São Paulo. Duetto Editorial
- Cooper, B., Giesel, D., Ternes, M., (2013), *Applied issues in investigative interviewing, eyewitness memory and credibility assessment*. Londres. Springer

- Cutler, B. L. & Penrod, S. D. (1995). *Mistaken identification: the eyewitness, psychology and the law*. Nova Iorque: Cambridge University Press
- Davidoff, L. L. (1983). *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw - Hill do Brasil.
- Davis, D. & Loftus, E. (2005) *Age and functioning in the legal system: victims, witnesses and jurors*. Apud Noy, Y.I. *Handbook of human factors of litigation*. Florida. CRC Press. p. 11-53
- Diallo, K. (2013). *Alcohol and Eyewitness Identification*. The 2nd Electronic International Interdisciplinary Conference. Praga. Academia de Polícia da República Checa. p. 215-217)
- Dias, J. F., (1981). *Direito Processual Penal*, Vol. I. Coimbra. Coimbra Editora,
- Enciclopédia Luso-brasileira de cultura - ed. Sec. XXI. (2002). Lisboa. Editorial Verbo.
- Epstein, W. & Rogers, S. (1995). *Perception of Space and Motion*. Academic press
- Feldman, R. (2015). *Introdução à psicologia* tradução: Daniel Bueno, Sandra Maria Mallmann, 10. ed.. Porto Alegre
- Fiorelli, J. & Mangini, R.. (2009). *Psicologia Jurídica*, 6.^a Ed., São Paulo. Atlas
- Fonseca, A. C. (2000). *Psicologia forense: uma breve introdução*. trabalho realizado no âmbito do projeto POCTI/36532/PSI/2000 e do Centro de Psicologia da Universidade de Coimbra (FEDER/POCTI-SFA-160-490) publicado em *Psicologia Forense*. (2006). Coimbra. Almedina
- Fonseca, A. (2008). *Crimes da memória: memórias falsas e justiça social*. Psicologia e Justiça. Coimbra. Almedina.
- Fonseca, A. (2008). *Psicologia e Justiça*. Coimbra. Almedina. p. 331-339
- Garrett, F. A. (2007) *Sujeição do arguido a diligências de prova e outros temas*. Porto. Fronteira do Caos Editores. 2007
- Gleitman, H. (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godinho, I. F., (2017). *Considerações a propósito do princípio do contraditório no processo penal português*. Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto (N.º 10). Porto. Universidade Lusófona do Porto.
- Goldstone, R., Lippa, Y. e Shiffrin, R. M., (2001). *Altering Object Representations Through Category Learning*, *Cognition* 78. p. 27–43.

- Hacking, I. (1995/2000). *Múltipla personalidade e as ciências da memória*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio,
- Horvath, M. A. H., (2009). *Eyewitness evidence. Understanding Criminal investigation*. John Wiley & Sons Ltd. Leicester.
- Lechner, H., Squire, L., Byrne, J., (1999). *100 years of consolidation – remembering* Muller and Pilzecker, in *learning & Memory*, vol. 6. USA. Cold spring Harbor Laboratory press. p. 77-87
- Lee, Y. Smith, C., Grady, C., Hoang, N.e Moscovitch, M., (2014). *Broadly Tuned Face Representation in Older Adults Assessed by Categorical Perception*, *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance* 40, p. 1060–1071.
- Levine L., Edelstein, R., (2009) *Emotion and memory narrowing: a review and goal-relevance approach, in cognition and emotion*, vol. 23. Psychology Press
- Lindsay, R., Toglia, M. P., Read, J. D. e Ross, D.F., (2007). *The handbook of eyewitness psychology*. Memory for events. vol.1. Londres.
- Loftus, E., (2012). *Illusions of memory*. Simon Fraser University. Vancouver
- Lopes, J. M., (2005). *Revista do Ministério Público*, ano 26, n.º 104, Outubro – Dezembro 2005, p. 145
- Louro, M. (2012). *Unidade curricular de psicologia do testemunho lecionada no âmbito do mestrado de psicologia forense e da exclusão social*. Lisboa. Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias.
- Malatesta, N. F. (2005). *A lógica das provas em matéria criminal*. Bookseller Editora. Campinas
- Malpass, R. S., (2015). *Reconhecimento de Pessoas por Testemunhas*. (Trabalho em impressão pelo IPEA – PROCIN)
- Memon, A., Hope, L., Bartlett, J. e Bull, R. (2002). *Eyewitness recognition errors: the effects of mug shot viewing and choosing in young and old adults – memory and cognition*, Vol. 30, n.º 8, p. 1219-1227
- Mendes, J. M. e Garrett, F. A. (2007). *Da prova por Reconhecimento em Processo Penal*. Porto. Fronteira do Caos Editores
- Mesquita, P. D. (2018). *Comentário Judiciário do Código Processo Penal*. Tomo II. Coimbra. Almedina.
- Mira Y Lopez, E., (2009). *Manual de psicologia jurídica*, 3.ª Ed., São Paulo. Editora Vida

- Pelli, D. G., (1990). *The Quantum Efficiency of Vision, in Vision: Coding and Efficiency*, ed. C. Blakemore. Cambridge. Cambridge University Press. P. 3 – 24
- Phelps, E. A., Ling, S. e Carrasco, M., (2006). *Emotion Facilitates Perception and Potentiates: The Perceptual Benefits of Attention*. Psychological Science 17
- Pinto, A. C. (2002). Recordações verídicas e falsas: avaliação de alguns fatores. Psicologia, educação e cultura, 6. Porto.
- Pinto, A. C. (1985). Uma análise experimental sobre a credibilidade das identificações efetuadas por testemunhas oculares. Comunicação apresentada ao 2.º encontro de psiquiatria forense realizado em 10 e 11 de Outubro de 1985
- Poiares, C., (2012). A influência das emoções em contexto de julgamento ou testemunho, in Manual de psicologia forense e da exclusão social. Lisboa. Edições universitárias Lusófona
- Kapardis, A., (1997). *Psychology and law: a critical introduction*. Cambridge. Cambridge University Press, p. 45
- Kendeler, H. (1985). Introdução à Psicologia 7.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Roxin, C., Gunther, A. e Klaus, T., (2007) Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal, Tra: Gercélia Batista de Oliveira. Belo Horizonte. Del Rey Editora, p. 154
- Sarmiento, M., (2013). Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses. Lisboa. Universidade Lusíada Editora Coleção Manuais.
- Seiça, A. M., (2003). Legalidade da prova e reconhecimentos «atípicos» em processo penal, in *Liber Discipulorum*, para Jorge de Figueiredo Dias. Coimbra. Coimbra Editora
- Semmler, C. e Brewer, L., (2010). *Eyewitness Memory*. In J. M. Brown, *The Cambridge Handbook of Forensic Psychology*. Nova Yorque. Cambridge University Press.
- Silva, G. M., (2002). Curso de Processo Penal. Lisboa. Editorial Verbo
- Solso, R. (1996). *Cognition and the Visual Arts*. Bradford book. Cambridge
- Sousa, P. S. e Albuquerque, P. B., (2006). A fiabilidade do testemunho ocular: efeito da valência do episódio e da ordem de realização de duas tarefas mnésicas. Psicologia: Teoria, Investigação e prática. Braga. p. 45-56

- Sousa, J. H. G., (2007). O reconhecimento de pessoas no projecto do CPP. Revista Julgar, n.º 1
- Yarmey, A. (2006). O depoimento de testemunhas oculares. Coimbra: Almedina
- Sousa, J. H. G. (2007). Elementos para o estudo comparado do reconhecimento de pessoas em processo penal na ótica do juiz de julgamento in Boletim da associação sindical dos juizes portugueses. Évora
- Sousa, L. F., (2013). Prova Testemunhal. Coimbra. Almedina.
- Sperling, G., (1986). *A Signal-to-Noise Theory of the Effects of Luminance on Picture Memory: Comment on Loftus*. Journal of Experimental Psychology: General 115. p. 189-192
- Sternberg, R. J., (2008), Psicologia cognitiva, Tra: Roberto Cataldo Costa – 4.^a Ed. Porto Alegre, Artemed Editores, SA.
- Tulving, E., (1972). *Episodic and Semantic Memory*, in *Organization of Memory*, ed. E. Tulving and W. Donaldson. Nova Iorque. Academic Press, p. 381-403
- Tulving, E., (2002). *Episodic Memory. From Mind to Brain*, Annual Review psychology, 53, p. 1-25
- Yarmey, D. (2006). Depoimentos de testemunhas oculares e auriculares (traduzido por Maria Salomé Pinho). Psicologia forense (autores António Castro Fonseca, Mário R. Simões, Maria da Conceição Taborda Simões, Maria Salomé Pinho). Coimbra. Almedina.

Teses e dissertações

- Alves, B. M. R. (2010). A prova por reconhecimento em processo penal Análise e reflexão crítica. Relatório Final de pós-graduação, Faculdade de direito - Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Ferreira, M. D. (2014). Prova por reconhecimento e proibição de prova. Lisboa. Faculdade Direito da Universidade católica
- Martins, M. P. J. (2007). A prova por reconhecimento - suas fragilidades e eficácia. Dissertação de licenciatura em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa

Santos, M. R. F. S. (2015). A Prova por reconhecimento pessoal – Análise crítica Multidisciplinar, dissertação de mestrado – mestrado direito judiciário – Direitos Processuais e Organização Judiciária.

Reis, M. (2006). A avaliação psicológica do testemunho em contexto judiciário: a influência do tempo e das emoções nos componentes mnemónicos do testemunho. Dissertação de mestrado em comportamento desviante e ciências criminais. Lisboa. Faculdade de medicina de Lisboa.

Reis, M. A. B. M. N., (2014). A memória do testemunho e a influência das emoções na recolha e preservação da prova, Tese de doutoramento em Ciências e tecnologias da saúde – Especialidade em desenvolvimento Humano e social. Lisboa. Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Sousa, P. M. L., (2014). Psicologia do testemunho: a credibilidade dos idosos em tribunal – uma perspetiva teórico-epistemológica, Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa

Relatórios

Code of Practice for the identification of persons by Police Officers (2017). Police and Criminal Evidence Act 1984. Code D (revised). Londres.

(Disponível em <https://assets.publishing.service.gov.uk/government>)

Committee on Law and Justice. Division of Behavioral and Social Sciences and Education. (2014). *Identifying the Culprit: Assessing Eyewitness Identification. Approaches to Understanding and Maximizing the Validity and Reliability of Eyewitness Identification in Law Enforcement and the Courts. Committee on Science, Technology, and Law. Policy and Global Affairs. National Academy of Sciences.* The national academies press. Washington.

(Disponível em <https://www.innocenceproject.org>)

Department of Justice Canada. (2004). *Report on the prevention of miscarriages of justice.* FPT Heads of Prosecutions Committee Working Group,

(Disponível em <https://www.justice.gc.ca>)

Pensando o Direito. (2015). Avanços Científicos em Psicologia do Testemunho aplicados ao Reconhecimento Pessoal e aos Depoimentos Forenses. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos Série Pensando o Direito, 59. Brasília,

(Disponível em www.pensando.mj.gov.br)

Jurisprudência

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de fevereiro de 2007

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de julho de 2008

Acórdão da Relação de Lisboa, de 12 de Maio de 2004

Acórdão da Relação de Lisboa, de 12 de outubro de 2008

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de novembro 2011

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 28 de novembro de 2017

Acórdão da Relação de Coimbra, de 5 de Maio de 2010

Acórdão da Relação de Coimbra, de 10 de novembro de 2010

Acórdão da Relação de Coimbra, de 16 de fevereiro de 2011

Acórdão da Relação de Porto, de 16 de janeiro de 2010

Acórdão da Relação de Porto, de 12 de março de 2012

Acórdão da Relação de Porto, de 16 de janeiro de 2013

ANEXOS

ANEXO I

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

DIREÇÃO NACIONAL
RECURSOS HUMANOS
DF - DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO
Ofício

Para (TO):
Exmo. Senhor
Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna
Rua 1.ª de Maio, n.º 3
1349-040 LISBOA

11107 050/10-02

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS
POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

N.º 159 DATA 14/02/18

DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

Assunto: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado em Ciências Policiais (não integrado)

Relativamente ao assunto em epígrafe, temos a honra de devolver a V.ª Ex.ª o V/ofício n.º 63/SECDE/2018, de 31/11/2018, em anexo, que menciona o seguinte despacho de Sua Ex.ª, o DNA/UORH:

*Autorizado.

08/02/2018

O Diretor Nacional Adjunto/UORH

José Ferreira de Oliveira

Superintendente-Chefe*

Com os melhores cumprimentos,

Diretora do Departamento de Formação, em Suplência

Paula Alexandra da Conceição Cunha

Subintendente

Com os melhores cumprimentos,

Diretora do Departamento de Formação, em Suplência

Paula Alexandra da Conceição Cunha

Subintendente

Sua Referência:
Sua Comunicação: 63/SECDE/2018

Nossa Referência: 114/SAG/2018
Classificador: 080.10.02
Processo: DF20170N100003FQ5
Data: 2018-02-08

Assunto: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado em Ciências Policiais (não integrado)

Relativamente ao assunto em epígrafe, temos a honra de devolver a V.ª Ex.ª o V/ofício n.º 63/SECDE/2018, de 31/11/2018, em anexo, que menciona o seguinte despacho de Sua Ex.ª, o DNA/UORH:

*Autorizado.

08/02/2018

O Diretor Nacional Adjunto/UORH

José Ferreira de Oliveira

Superintendente-Chefe*

Com os melhores cumprimentos,

Diretora do Departamento de Formação, em Suplência

Paula Alexandra da Conceição Cunha
Subintendente



Departamento de Formação - Lg. Pedro Passos 2, 1370-208 Lisboa
E-mail: dform@isp.gov.pt

04420
isp.gov.pt

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIREÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de
Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
Lisboa

Sua Referência:
Sua Comunicação:
Nossa Referência: 63/SECDE/2018
Classificador: 000.10.02
Processo: SECDE201800001MNI
Data: 2018-01-31

António Ribeiro
144477

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS (NÃO INTEGRADO)

1. O Curso de Mestrado em Ciências Policiais (CMCP), no 2.º ano, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais.

2. O aluno Nelson Santos Ribeiro, Comissário da PSP, irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Reconhecimento Pessoal: Do Reconhecimento Fotográfico ao Reconhecimento Pessoal", de qual é orientador o Sr. Prof. Doutor André Lamar Leite.

3. Neste sentido, é intenção do Comissário Nelson Ribeiro estudar a relação entre os resultados dos reconhecimentos fotográficos e o resultado dos reconhecimentos pessoais, no âmbito do processo-crime ao longo dos anos de 2016 e 2017, tendo por objetivo, apenas, o tratamento estatístico de tais dados, nomeadamente:

- Número de reconhecimentos fotográficos realizados durante o período em referência, cujo crime seja roubo a pessoas na via pública, ocorridos na área de responsabilidade da Comarca de Lisboa cidade;
- De entre os reconhecimentos efetuados, o número daqueles cujo resultado foi positivo;
- Idade e género das vítimas;
- O número do processo-crime correspondente.



R. 2.ª de Maio, 145 - 1049-016 Lisboa Tel: 217020000 Fax: 217020001 www.psp.pt

spsp@spsp.pt

DIREÇÃO NACIONAL PSP - DN	Ordem Nº 3122
UNIDADE CORRESPONDÊNCIA	Data 02 FEV. 2018 P. 3 F. 5

18018
Página 1/2

4. Tendo em conta que a Divisão de Investigação Criminal, do Comeltis, dispõe de tais dados;

5. Que não serão trabalhados quaisquer dados relacionados com a identificação das vítimas;

6. Solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para consulta e tratamento dos mesmos, apenas para o fim acima descrito, sendo garantida a confidencialidade de todos os dados analisados/tratados.

O Diretor



Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe

